

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**FAZER-SE ELITE NOS CONFINS DA AMÉRICA PORTUGUESA:
UM ESTUDO SOBRE AS REDES DE COMPADRIO DO GOVERNADOR
SEBASTIÃO XAVIER DA VEIGA CABRAL DA CÂMARA NA FREGUESIA
NOSSA SENHORA DA MADRE DE DEUS DE PORTO ALEGRE
(1774-1798)**

Márcio Munhoz Blanco

PORTO ALEGRE
2009

FAZER-SE ELITE NOS CONFINES DA AMÉRICA PORTUGUESA:
UM ESTUDO SOBRE AS REDES DE COMPADRIO DO GOVERNADOR
SEBASTIÃO XAVIER DA VEIGA CABRAL DA CÂMARA NA FREGUESIA
NOSSA SENHORA DA MADRE DE DEUS DE PORTO ALEGRE
(1774-1798)

Márcio Munhoz Blanco

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Graduado em História.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kühn

Porto Alegre, dezembro de 2009

FAZER-SE ELITE NOS CONFINES DA AMÉRICA PORTUGUESA:
UM ESTUDO SOBRE AS REDES DE COMPADRIO DO GOVERNADOR
SEBASTIÃO XAVIER DA VEIGA CABRAL DA CÂMARA NA FREGUESIA
NOSSA SENHORA DA MADRE DE DEUS DE PORTO ALEGRE
(1774-1798)

Márcio Munhoz Blanco

Banca examinadora:

Prof. Dr. Fábio Kühn- Orientador
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS)

Prof.^a Dr.^a. Ana Silvia Volpi Scott
(Universidade do Vale do Rio dos Sinos- Unisinos)

Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS)

Porto Alegre, dezembro de 2009

RESUMO

Este trabalho analisa a inserção social do governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara na capitania do Rio Grande de São Pedro. Para tal analisamos os compadrios estabelecidos na freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, o que ocorreu entre os anos de 1774 e 1798. Nosso principal corpus documental são os registros de batismo nos quais esse administrador aparece apadrinhando infantes. Através do método onomástico procuramos identificar o lócus ocupado naquela sociedade pelos compadres do governador, a fim de entender quais foram as estratégias que nortearam a criação desses vínculos. Discutimos a importância do parentesco e das relações inerentes a ele para a formação de redes sociais nas sociedades de Antigo Regime.

Palavras-chave: redes sociais – compadrio – parentesco – poder – Antigo Regime

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	6
Introdução.....	9
Capítulo 1- Um fidalgo ao sul dos trópicos.....	12
I. O homem que vem d'além-mar.....	12
II. O Antigo Regime na Europa e nos trópicos.....	14
II.1. Um mundo fronteiriço que se cria.....	16
II.2. Espólios de guerra.....	17
III. Entre a Corte e a aldeia.....	18
Capítulo 2- Entre o sagrado e o profano: a dualidade do primeiro sacramento católico e dos laços de compadrio na América lusa setecentista.....	21
I. O rito do batismo nas sociedades católicas de Antigo Regime.....	21
II. Algumas considerações sobre os registros batismais.....	23
III. Um experimento em História comparada.....	24
III.1. Quem se aliança aos olhos de Deus e dos homens.....	29
Capítulo 3- A ascensão material da alma.....	35
I. Família, redes sociais e hierarquias.....	35
II. O perfil do estrategista.....	37
II.1. A Câmara e um caso insólito.....	45
III. A graça do espírito e a vida além do ser.....	49
Conclusões.....	51
Fontes.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Comparação entre o número de batismos realizados por autoridades administrativas de Porto Alegre e Vila Rica.....	26
Quadro 2- Compadrios e fases da administração de Veiga Cabral da Câmara, 1774-1801.....	28
Quadro 3- Cor presumida dos batizados em Porto Alegre e Vila Rica.....	29
Quadro 4- Pais com títulos sociais em Porto Alegre e Vila Rica.....	32
Quadro 5- Madrinhas com títulos sociais em Porto Alegre e Vila Rica.....	34
Quadro 6- Relações de compadrio do governador Veiga Cabral da Câmara, 1780-1784.....	37
Quadro 7- Relações de compadrio do governador Veiga Cabral da Câmara, 1793-1798.....	41

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos que aqui seguem dizem respeito a pessoas que, de diferentes maneiras, colaboram ou colaboraram com as minhas vivências ao longo desses quatro anos de graduação. Possivelmente alguém acabará sendo omitido, porém jamais esquecido. A todos, desde já, meus sinceros agradecimentos e carinho.

Começo pelos responsáveis por tudo. À minha mãe, Maria: muito obrigado! Se tivesse que agradecer somente a uma pessoa seria a ela, devido a todo o sacrifício que sempre fez para que seu menino se tornasse homem, por todas as vezes que abriu mão de si para cuidar de mim, por todos os cabelos brancos que ganhou preocupando-se comigo em Porto Alegre. Pela garra desse exemplo de mãe e mulher, que, mesmo à distância, cuida do filho com a tenacidade que uma leoa cuida sua cria, qualquer forma de agradecimento é pouco. Ao meu pai, Mario, pela importância que teve na formação da minha personalidade e por todo “apoio material” desses anos. Obrigado, meu velho!

Ainda no seio familiar, agradeço a todo pessoal que ficou em Rio Pardo, torcendo e se preocupando comigo, perguntando para minha mãe “quando é que o Márcio vem?”. Sei que vocês têm orgulho de mim, e eu também tenho muito orgulho de vocês!

Tenho muito a agradecer ao meu orientador, Fábio Kühn, pelo apoio, interesse, paciência e investimento que dedicou a mim durante esses dois anos em que trabalhamos juntos, desde as primeiras leituras de manuscritos até esta monografia. É um dos maiores incentivadores do meu futuro de historiador. Espero não te decepcionar.

Agradeço às professoras Carla Simone Rodeghero, por ser a primeira a apostar em mim, mesmo quando abandonei as pesquisas em ditadura militar para me voltar ao período colonial; Sílvia Regina Ferraz Petersen, por me ensinar a responsabilidade do ofício de historiador e a importância de romper com a visão aparente; Helen Osório, pelo seu exemplo de competência e por me despertar o interesse por História Econômica. Professor Marçal Paredes não pode ser esquecido, pois além de me ensinar a importância da espuma para a cerveja, ele também é “culpado” – assim como meu orientador - pelo meu apreço pelo Brasil Colônia, graças a suas aulas de Cultura Brasileira.

Dos amigos que a faculdade me proporcionou e que espero conservá-los para sempre, agradeço - em ordem alfabética - ao Ian Danilevich, companheiro nos cafés do intervalo e grande debatedor da minha pesquisa, pelas estimulantes conversas, divagações e teorizações (algumas nem tão baratas, é verdade) sobre a vida, leituras, cinema, etc, e muitas outras etcéteras. Ao Lauro Duvoisin, agradeço pelas histórias, estórias e conselhos acadêmicos compartilhados no bar e fora dele; acho que me define bem quando diz “Bah, tu é muito louco, Marcinho!”, mas digo que a recíproca é verdadeira. À Mariana Ferreira, a primeira pessoa que conheci em Porto Alegre, sou grato pelo seu carinho, atenção, doçura e sorrisos. Mari, aquele origami foi pro meu arquivo pessoal, ok (risos)? À Roberta Zettel, obrigado pelo seu companheirismo, carisma e pelas conversas sobre documentos velhos e corroídos que pesquisamos. Também pelo dia em que cozinhou lá em casa (risos)... ainda não esqueci daquele macarrão, viu, Robbie? E nem do livro que ficamos de escrever!

Injusto seria não agradecer ao Jaisson Oliveira, por mais de uma década de amizade, pelos conselhos e papos furados, por todos os “programas de índio” que fizemos ao longo desses anos. O Jaisson foi uma das pessoas que mais me incentivou e auxiliou nessas veredas do conhecimento histórico. Agradeço às meninas Daniele Hinerasky e Lívia Harfuch, pela amizade, carinho, atenção, companheirismo, por todos os momentos que passamos juntos (os de sorrisos e os de lágrimas) e também por suportarem dividir um teto comigo (risos)! Dani e Livinha seguraram minhas mãos em momentos difíceis neste ano... *muchas gracias* eternamente, gurias! Agradeço a Ícaro Bittencourt, sempre disposto a me ajudar no que fosse preciso; foi o Ícaro também que me apresentou algumas das melhores vozes da música porto-alegrense e cabo-verdiana que já ouvi.

À *Pandora Aoki*, que apesar de estar no Maranhão foi a pessoa que acompanhou mais de perto a redação deste trabalho. Agradeço eternamente a todo carinho, paciência e disposição que sempre teve para me escutar e por ter compartilhado comigo um dos momentos mais importantes deste ano. Obrigado também por ser a pessoa incrivelmente maravilhosa que você é!

Márcio,
Primavera de 2009.

*A todas as pessoas que apareceram nesses últimos meses
e colaboraram para os rumos que minha vida tomou.*

INTRODUÇÃO

Governar nunca foi tarefa simples. O poder não advém meramente de uma posição de mando, uma lei ou do esforço de um espírito elevado; ele precisa ser conquistado, ou ao menos negociado. Poder é movimento. As relações de poder são uma via de mão dupla, onde para cada ação existirá uma reação. Mesmo nos tempos do Antigo Regime, quando homens singravam os oceanos em nome de Sua Majestade Fidelíssima para administrar os povos do Império Ultramarino português, era necessário legitimar-se perante aquelas populações, fossem elas autóctones ou reinóis migrantes. Alguns obtiveram êxito, outros quebraram por não quererem se dobrar. Assim aconteceu ao longo dos séculos, do Rio de Janeiro à Índia, do Maranhão a Sacramento.

Nosso trabalho se dedica a um desses governantes do período colonial: Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara. Este militar fidalgo administrou a capitania do Rio Grande de São Pedro, no extremo-Sul da América lusitana, entre 1780 e 1801. Foi o governante do século XVIII que permaneceu mais tempo no cargo. Datam de seu período de gestão o princípio da produção de charque, produto que dinamizou a economia local, tornando-se o grande elemento de exportação rio-grandense no século seguinte. Incentivou o cultivo da cochonilha, a criação de ovelhas e o plantio de trigo.

Foi Sebastião, ainda, o comissário português responsável pela demarcação do Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777, mas cujos trabalhos iniciaram-se apenas sete anos mais tarde. Esse acordo firmado entre Portugal e Espanha redefinia os limites meridionais dos dois impérios, devolvendo a Colônia de Sacramento ao domínio castelhano. Embora seu governo tenha sido um período de paz, Sebastião dedicou seus últimos dias à retomada das Missões, em 1801, empreitada na qual faleceu sem poder ver o resultado.

Não há nenhum estudo específico sobre sua trajetória, figurando sempre como coadjuvante em obras sobre o Rio Grande do Sul colonial. Normalmente são ressaltados, em poucas páginas, os aspectos político-administrativos de sua gestão ou seus feitos militares, em obras que se dedicam à formação ou afirmação da identidade sul-riograndense. Dentre elas, selecionamos três exemplos. Em 1933, Alfredo Varella – que possuía influências positivistas – comenta como os contemporâneos de Sebastião o lisonjaram e divinizaram, com alguma razão, ainda que o governo não tenha sido tão grandioso quanto se comentava. Apesar do tom cético, Varella considera que o

governador possuía um espírito superior devido a sua doutrina política e social.¹ Já em 1977, Guilhermino César lembra da prosperidade e diversidade econômica do governo de Veiga Cabral da Câmara, que morreu heroicamente após “juntar a seus últimos dias de vida a glória de haver orientado a recuperação de uma vasta gleba que havíamos perdido em consequência ao Tratado de Santo Ildefonso”,² referindo-se à guerra entre os reinos ibéricos que resultou na tomada derradeira das Missões para o lado lusitano. Mas nenhum autor louva tanto os feitos desse governante quanto Cláudio Moreira Bento. Preocupado com a história militar, Bento caracteriza um valoroso e grande estrategista bélico, em “cujo governo o Rio Grande do Sul conheceu o maior progresso e desenvolvimento relativo de sua história”.³ Tratam-se de olhares similares, que retratam um homem que, em certo sentido, esteve *à frente do seu tempo*.

Em nossa pesquisa, entretanto, procuramos o homem *de seu tempo*, um homem de Antigo Regime. Recentemente, Tiago Luís Gil⁴ e Adriano Comissoli⁵, também em poucas páginas por se tratar de uma figura secundária em seus trabalhos, mostraram esse governador em outro viés, lançando algumas das bases para nossa análise. Nessas duas pesquisas Veiga Cabral da Câmara figura como um indivíduo ciente da conjuntura em que vivia e que agia conforme as exigências do momento. Teria uma postura política coerente com a rede administrativa da qual fazia parte e tato suficiente para um bom relacionamento com homens poderosos do Rio Grande de São Pedro.

A partir da proposta de Giovanni Levi, procuramos ver um sujeito histórico dotado de uma racionalidade específica do contexto em que vivia, “porém não em termos de uma realidade cultural inconsciente destinada a sufocá-lo progressivamente. Esta racionalidade pode ser mais bem descrita se admitirmos que ela [...] fosse também empregada na obra de transformação e utilização do mundo social [...]”.⁶ Observamos um indivíduo que, apesar de possuir visibilidade naquela sociedade, precisou se adaptar e inserir nos modos de ser e viver das pessoas da localidade que fora governar, o que

¹ VARELLA, Alfredo. *A história da grande revolução- A história da grande revolução: o cyclo farroupilha no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1933. Volume 1.p. 177-178.

² CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002, p. 211.

³ BENTO, Cláudio Moreira. *Canguçu, reencontro com a história. Um exemplo de reconstrução da memória comunitária*. Porto Alegre: Instituto estadual do livro, 1983, p.41.

⁴ GIL, Tiago Luís. *Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. (Dissertação de mestrado)Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2002.

⁵ COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

⁶ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001, p. 45.

por vezes esteve de acordo as práticas as quais era acostumado e em outras se mostrou conflituosa. Sobre essa inserção, os laços mais seguramente observáveis são os estabelecidos através do compadrio, importante mecanismo de sociabilidade no Antigo Regime, dado a importância que as relações de cunho familiar possuíam naquele período. Portanto, o Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara que buscamos é, parafraseando Jacques Revel, o homem ao “rés-do-chão”.⁷

Para levar à frente essa pesquisa valemo-nos do que Carlo Ginzburg denominou *método onomástico*,⁸ que consiste na utilização do nome como foi condutor para estabelecer a teia de sociabilidades na qual os indivíduos estão envolvidos. Temos a freguesia de Porto Alegre como palco de nosso estudo, devido a esta ser a localidade de residência do governador. Para esta paróquia encontramos 21 registros de batismo em que Sebastião aparece apadrinhando crianças, o que ocorreu entre os anos de 1774 e 1798. Com essa massa documental foi possível identificar com quais casais o governador estabeleceu compadrio. A partir desses nomes e dos dados adjacentes a eles informados nos referidos registros, foi possível procurar indícios em outras fontes primárias (correspondências e atas de vereança) e bibliográficas e verificar quem eram algumas dessas pessoas. Dessa forma, observamos as estratégias de que Veiga Cabral da Câmara se valeu para escolher seus compadres e inserir-se naquela sociedade.

Embora nosso trabalho seja modesto e baseado em dados fragmentados, visamos acender algumas fagulhas para iluminar a historiografia sobre o Rio Grande colonial, introduzindo um número de variáveis e destacando algumas ambigüidades, conflitos e contradições existentes na época. Para tal, no primeiro capítulo chamado *Um fidalgo ao sul dos trópicos*, traçamos um panorama do Rio Grande setecentista e da trajetória familiar do governador. No capítulo 2, *Entre o sagrado e o profano*, observamos teoricamente o compadrio e nos permitimos usar a História Comparada como laboratório para dimensionar o compadrio no século XVIII. No terceiro capítulo, *A ascensão material da alma*, analisamos algumas pessoas que aparecem circulando o nome do governador nos registros batismais procurando perceber o tipo de relação estabelecida. Feitas essas considerações, façamos um esforço de voltar nossas mentes para o passado a fim de olhar mais detidamente, a partir de agora, alguns fragmentos das ações de Sebastião no Rio Grande de São Pedro.

⁷ REVEL, Jacques. A história ao “rés-do-chão”. In: LEVI, Giovanni, *op. cit.* p. 7- 37.

⁸ GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p. 169- 191.

CAPÍTULO 1

UM FIDALGO AO SUL DOS TRÓPICOS

Corria o ano de 1774 quando chegava ao Rio Grande de São Pedro o tenente-coronel Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara. Era a primeira vez que pisava naquele solo, mas sabia bem qual era o modo de vida e as agruras pelas quais passavam aquela gente. Se a viagem do Rio de Janeiro fora longa e árdua, certamente suas razões de estar naquelas paragens eram ainda mais. O que aquele homem não imaginava é que da mesma forma que a sorte o levou para lá, a morte o buscaria: em meio à guerra.

I. O homem que vem d'além-mar

Sebastião nasceu no povoado de Santa Maria do Soutello, pertencente à província de Chaves, ao norte de Portugal. Viveu sob o signo de uma distinta família daquele Reino, cresceu em meio a alguns homens que se dedicaram ao mando nos territórios d'El-Rey. Trata-se de uma família cuja trajetória se mistura com a história da administração do Império Ultramarino português, e revela mecanismos de ascensão, distinção social e poder.

Essa trajetória familiar começa com Sebastião da Veiga Cabral, o velho. Foi mestre de campo general e governador de armas de Trás-os-Montes. Descendente da “nação hebréia” por via paterna, conseguiu o hábito da ordem de Cristo em 1667, graças à dispensa papal. Tornou-se fidalgo da Casa Real e comendador das Comendas de Beilão, Robeal e Santa Maria de Bragança.⁹ Trata-se de uma forma de reconhecimento que certamente beneficiou os que dele descendiam. Teve dois filhos, Francisco, filho legítimo, e Sebastião, filho natural, isto é, fruto de uma relação extraconjugal. O primeiro é o pai de nosso personagem e o segundo, por possuir o mesmo nome, será chamado aqui como Sebastião, o tio, para fins de melhor entendimento.

⁹ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das letras, 2006, p. 261.

Pois é este Sebastião, o tio, o primeiro a levar o nome da família para o Novo Mundo. Nascido em Bragança, começou a carreira como um simples soldado e foi galgando postos na hierarquia militar devido a seus feitos. Como retribuição a seus serviços foi nomeado governador da Colônia de Sacramento, ponto extremo meridional do Império lusitano. Ocupou o posto entre os anos de 1699 e 1705. Segundo Laura de Mello e Souza, procurou estratégias para se manter no cargo, supostamente interessado no gado bovino e negócios de couro, muito lucrativos na época. Sua gestão foi tida como competente. Durante o tempo em que esteve no governo batizou diversos índios. Após voltar ao Reino pleiteou, sem êxito, os cargos de governador de Minas Gerais e São Paulo. Em 1720 encontrava-se novamente na América portuguesa, mais especificamente em Vila Rica, onde participou do levante conhecido como Revolta de Felipe dos Santos.¹⁰ Possuía muito interesse nas Minas Gerais, supostamente pela possibilidade de acumulação de riquezas, assim como alguns governantes daquela capitania obtiveram.¹¹

O outro filho de Sebastião, o velho, é Francisco. Sobre ele possuímos muito poucas informações, mas sabemos que exerceu o mesmo cargo de seu pai e também foi governador da província de Chaves. Teve pelo menos cinco filhos: Francisco, Sebastião, João, Manuel e José Tristão.

Em 1742,¹² veio ao mundo Sebastião (nosso personagem), que muito possivelmente cresceu vendo o pai exercer seus cargos administrativos, e em meio às memórias dos feitos do avô e histórias do tio sobre o Novo Mundo. Não é difícil supor que o pequeno respirava o poder e status que sua família gozava, o que provavelmente lhe serviu como escola para a maneira de proceder quando chegasse a sua vez de cruzar o oceano.

O certo é que Sebastião tornou-se engenheiro geógrafo e em 1767, com 25 anos de idade, rumou para a América portuguesa. Na ocasião exercia a patente de tenente-coronel do Regimento de Infantaria de Bragança, estabelecendo-se no Rio de Janeiro. Em 1774 seguiu para a capitania do Rio Grande de São Pedro para, sob o comando do

¹⁰ Rebelião ocorrida em Vila Rica, na capitania de Minas Gerais, no ano de 1720. Reivindicavam a extinção das Casas de Fundação. Os líderes foram presos e Felipe dos Santos enforcado e esquartejado em praça pública.

¹¹ SOUZA, *op. cit.* p. 253- 283.

¹² BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973-1976, p. 254-255.

general João Henrique Böhm, combater as tropas castelhanas que há uma década ocupavam a metade sul daquela capitania.¹³

II. O Antigo Regime na Europa e nos trópicos

Sob a influência do antropólogo Marcel Mauss, Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha comentam que nos tempos do Antigo Regime em Portugal a natureza das relações sociais se manifestava sob a lógica do *dom*. Segundo esses autores, a chamada *economia do dom* baseava-se numa tríade de obrigações: dar, receber e restituir. Para cada benefício feito a uma pessoa havia o dever de retribuição, denominado *contra-dom*. Esse jogo de reciprocidades perpassava todos os segmentos daquela sociedade, servindo de base para as relações políticas, em seu sentido mais amplo.¹⁴

O dom podia acabar por tornar-se um princípio e epifania de Poder. Assim, era freqüente que o prestígio político de uma pessoa estivesse estreitamente ligado à sua capacidade de dispensar benefícios, bem como à sua fiabilidade no modo de retribuição dos benefícios recebidos.¹⁵

Esses princípios foram levados ao Ultramar. A constituição das sociedades coloniais na América lusitana e demais possessões d'El-Rey nos continentes africano e asiático se deu através dessa lógica típica de Antigo Regime, servindo como um dos pilares de sustentação do Império marítimo português. Em todas as localidades colonizadas por Portugal na Época Moderna a Coroa fez uso do *sistema de mercês*. Esta prática, cujo uso remonta às guerras de Reconquista e reforça o caráter corporativo da monarquia lusa, consistia na concessão, por parte do monarca, de alguma benesse (*contra-dom*) como forma de retribuição a algum serviço prestado (*dom*). Na conquista dos territórios ultramarinos foi comum soldados receberem cargos e ofícios na administração como remuneração aos serviços prestados. Se para os indivíduos não-nobres tais benefícios eram um instrumento de ascensão social

Para os de origem nobre, os benefícios concedidos nas “conquistas” eram a chance de manter/ampliar terras, rendas e prestígio na metrópole. Através

¹³ BENTO, Cláudio Moreira. *A guerra de restauração*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 1996, p. 261- 262.

¹⁴ XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (dir). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: editorial Estampa, s/d, p.381- 393.

¹⁵ Idem, p. 382

dessas idas ao além-mar, famílias fidalgas acumularam fortunas, com as quais instituíram ou aumentaram morgados.¹⁶

É herança lusitana também a idéia de conquista. Indivíduos que participassem de guerras teriam o direito de apropriar-se de terras e homens. Participar da conquista, povoação e defesa das colônias foi recorrentemente um argumento dos quais os moradores se valeram como moeda de troca para negociar com o poder central.

A exclusividade de conferição de títulos e mercês atribuía ao monarca o monopólio de graduar e qualificar por seu próprio arbítrio, regulando as ordens, administrando seus conflitos, manipulando o antagonismo e a competitividade entre os súditos.¹⁷

João Fragoso explica que no Rio de Janeiro seiscentista, os descendentes dos *conquistadores* arrogavam-se o título de nobreza,¹⁸ exercendo cargos da administração real e Câmara de Vereadores (instituição sobre a qual trataremos no terceiro capítulo), o que lhes propiciava o sentimento de superioridade frente aos demais.¹⁹ Este grupo esteve vinculado ao setor agrário, entrando em atrito, em meados do século XVIII, com o setor mercantil. Enquanto estes reivindicavam o direito de participarem da instituição, os primeiros viam-se como nobreza imemorial e arrogavam-se o privilégio exclusivo de mando, pelo fato de serem descendentes dos *conquistadores* da localidade.²⁰

No entanto, esse comportamento não foi exclusivo da elite do Rio de Janeiro. No extremo-Sul da América portuguesa também é possível constatar esse tipo de atitude.

¹⁶ FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. In: *Penélope*, Oeiras, v. 23, 2000, p. 70.

¹⁷ Idem, p. 78.

¹⁸ Para se referir a esse tipo de atitude e sentimento, recentes estudos utilizam as expressões *nobreza da terra* ou *melhores da terra*. Também nos valeremos dessas nomenclaturas daqui para frente.

¹⁹ FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001, p.52.

²⁰ FRAGOSO, João. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600- 1750). In: João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, p. 40-47.

II.1. O mundo fronteiriço que se cria

A ocupação lusitana do Rio Grande se deu sob os interesses da Coroa em garantir seus domínios ao sul do Novo Mundo, em decorrência da tensão entre as Coroas ibéricas. O marco da colonização da capitania meridional foi a fundação da Vila de Rio Grande, em 1737.²¹ Os primeiros moradores daquele pequeno povoado eram famílias oriundas da Colônia de Sacramento (em geral fugidas das invasões que essa praça sofrera), casais vindos de diversas localidades da América portuguesa, tropeiros, indígenas remanejados de aldeamentos em São Paulo e um expressivo contingente militar. A sociedade formada ao sul dos trópicos também nascera sob a égide do Antigo Regime. As famílias que colonizaram a região, assim como acontecia em diversas localidades da Colônia, reivindicavam o estatuto de *nobreza da terra*, devido aos seus feitos. As estratégias de alianças familiares baseadas em casamentos e compadrios tinham por finalidade garantir o prestígio daquelas famílias e o lócus de ação naquela sociedade. Como exemplo dessa engenharia familiar, citamos o casamento de Francisco Pinto Bandeira e Clara Maria de Oliveira. O noivo era descendente de Francisco de Brito Peixoto, fundador e capitão-mor da Vila de Laguna, lembrado com heroísmo da defesa da Colônia de Sacramento e descobridor de caminhos para condução de tropas; a noiva era moça distinta, de família lusitana e com algumas distinções familiares. Sobre ela e alguns de seus filhos trataremos ao longo deste trabalho. Formou-se, portanto, uma elite que constantemente necessitava reafirmar seu estatuto.²²

Em meio aos constantes conflitos territoriais travados entre as potências ibéricas, a vida seguiu seu rumo. Martha Hameister e Tiago Gil explicam que

Difícilmente houve na América lusa, no século XVIII, fronteira mais conflituosa que a do extremo-Sul. As antigas práticas de Antigo Regime, tais como o sistema de distribuição de mercês da Coroa, a composição de uniões endogâmicas e exogâmicas das famílias com nobreza –de sangue ou por direito de conquista–, relações de compadrio e outras alianças que criavam vínculos de reciprocidade como fomentadoras da hierarquia social lusa, encontravam solo fértil nas aventuras de conquista e reconquista dos territórios meridionais.²³

²¹ Durante o século XVIII a capitania do Rio Grande de São Pedro possuía apenas uma Vila, Rio Grande. Para fins de melhor entendimento, chamaremos esse primeiro núcleo de colonização como Vila, enquanto a capitania será denominada apenas Rio Grande ou Continente, como também era chamado à época.

²² HAMEISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago Luís. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, p. 278-279.

²³ Idem, p.290.

Uma das formas de atuação e também espaço de poder era a Câmara de Vereadores de Rio Grande (única em toda capitania), que ficava a cargo, num primeiro momento, dessas famílias de conquistadores. Isso até a chegada dos espanhóis, quando seria transferida para freguesia de Viamão e depois para a de Porto Alegre.

II.2. Espólios de guerra

Em 1763, tropas vindas de Buenos Aires comandadas por Dom Pedro de Cevallos invadiram a Vila de Rio Grande afugentando a população para a margem norte do rio Jacuí e tomando posse da metade sul da capitania. Durante treze anos a região foi palco de batalhas entre portugueses e espanhóis. Foi no intuito de reforçar as tropas lusas que Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara foi enviado.

Segundo Cláudio Moreira Bento, Sebastião atuou com bravura na reconquista dos territórios perdidos aos espanhóis, tendo tomado parte ativa no assalto à Vila de Rio Grande, batalha que selou a vitória portuguesa em 1776. Devido a esse feito foi promovido a brigadeiro.²⁴ Certamente um ato dessa importância era razão de prestígio frente aos companheiros de caserna. Possivelmente esse prestígio se estendia à população em geral, devido aos ares de guerra que aquela gente se acostumara a respirar. Vemos então, que o fidalgo Sebastião desde cedo procurou conquistar seu lugar naquela sociedade, valendo-se de sua fidalguia e ações militares.

Sobre a importância da guerra no Rio Grande, sabe-se que “o *front* era um espaço privilegiado de sociabilidade de diferentes sujeitos, tanto para a criação quanto para a manutenção de relações. Essa prática não era exclusiva da elite, mas difundida também nos mais baixos estratos das tropas”²⁵ Sebastião deve ter feito diversas alianças nessas batalhas contra os castelhanos. Uma delas provavelmente foi com o sargento-mor Patrício José Correia da Câmara - enviado para auxiliar Rafael Pinto Bandeira na tomada de Santa Tecla -²⁶ que alguns anos mais tarde convidaria Veiga Cabral da Câmara para apadrinhar sua filha Rita.²⁷ Patrício José, durante a reconquista dos

²⁴ BENTO, Cláudio Moreira. *Canguçu, reencontro com a história. Um exemplo de reconstrução da memória comunitária*. Porto Alegre: Instituto estadual do livro, 1983, p. 40.

²⁵ HAMEISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago Luís. *op. cit.* p. 293.

²⁶ Idem, p. 191.

²⁷ 1º livro de batismos de Porto Alegre, fl. 64 v, 17.03.1781. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). *Projeto resgate de fontes paroquiais. Porto Alegre- Viamão (século XVIII)*.

territórios, era um homem que ainda não possuía arranjos locais de poder, e o provável início da amizade com Sebastião seria de grande valia para ambos, como veremos mais tarde.

Mas certamente o homem que mais soube valer-se da guerra naqueles tempos foi Rafael Pinto Bandeira. Filho primogênito do casal Francisco Pinto Bandeira Clara Maria de Oliveira, Rafael foi uma peça fundamental nas batalhas contra os espanhóis, pois arregimentou e liderou muitos homens para os combates. Além da guerra, Rafael dedicou-se ao contrabando de gado trazido dos domínios de Espanha, liderando um importante *bando* que atuou nas paragens meridionais. Tais atividades ilícitas eram relevadas pela Coroa, devido a importância de Rafael e seus homens na guerra e manutenção do territórios lusitanos.²⁸

III. Entre a Corte e a aldeia

Após o traslado para o Rio Grande, escrevia o cirurgião-mor do 1º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro:

Amenizava nosso afastamento do Rio, virmos na companhia do Sr, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, comandante das tropas do Sul, pelo seu **gênio amável, pelas suas virtudes admirado e pelo seu ilustre nome respeitado.**²⁹

Nessa correspondência se evidencia o prestígio que Sebastião gozava entre seus pares, características essas que parecem ter sido reconhecidas por outras pessoas. Logo após a sua chegada às paragens sulinas, o casal Tomás José da Costa e Souza e Ana Joaquina da Costa e Souza, convidou-o para apadrinhar seu pequeno rebento. Sebastião aceitou o convite para conduzir o menino (que recebeu o nome do padrinho) à pia batismal.³⁰ Não possuímos registros de quem seja esse referido casal, mas com certeza queriam que seu filho fosse bem representado aos olhos de Deus e da sociedade, pois para madrinha convidaram dona Clara Maria de Oliveira.

Essa simples ação denota que Veiga Cabral da Câmara, embora não tenha contraído matrimônio nem deixado filhos, tentou estabelecer imediatamente laços com a

²⁸ GIL, Tiago Luís. *Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2002.

²⁹ BENTO, *op. cit.*, p. 261. Grifo nosso.

³⁰ 1º livro de batismos de Porto Alegre, fl. 9, 07.08.1774. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). *Projeto resgate de fontes paroquiais. Porto Alegre- Viamão (século XVIII)*.

população local, procurando formar sua rede de relações. Afinal de contas, deveria ter consciência de que apenas o fato de ser fidalgo não era garantia suficiente para boas sociabilidades na América meridional. Assim como aquelas pessoas da elite precisavam constantemente reafirmar seus espaços através de ações, o mesmo servia para ele. Era preciso provar a fidalguia, conquistar um lugar. Era preciso, de alguma maneira, tornar-se parte daquela elite. E foi isso que, ao que parece, Sebastião começou a construir desde seus primeiros momentos no Rio Grande. Certamente era importante para um forasteiro, mesmo que detentor de boa fama e títulos sociais, ser reconhecido como alguém que fez par à pia batismal com a referida dona Clara Maria, então já viúva do ilustre Francisco Pinto Bandeira e mãe do prestigiado Rafael.

Esse patrimônio imaterial, cuja construção iniciou-se logo após a chegada ao Continente, se efetivou no campo de batalha. Sebastião tomou parte ativa na retomada do Rio Grande das mãos espanholas, sendo elevado a brigadeiro em 1779 e no ano seguinte a governador, como informa a carta de nomeação da rainha dona Maria I.

Atendendo ao distinto serviço e merecimento do Brigadeiro de Infantaria Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, comandante do regimento de infantaria de Bragança: é por bem nomeá-lo governador do Rio Grande que exercitará por tempo de três anos, e o mais que eu for servida, em quanto lhe não nomear sucessor; ficando conservado o posto de comandante do sobredito regimento de Bragança.³¹

Sobre a administração de Veiga Cabral da Câmara, Adriano Comissoli explica que o evento da Viradeira (queda do marquês de Pombal e seus consortes e ascensão ao trono de dona Maria I), embora não tenha representado mudanças significativas na política colonial, trouxe “a possibilidade de uma nova rede de poder se articular e assumir diversos cargos nos mais variados escalões do governo”.³² Veiga Cabral da Câmara faria parte dessa nova rede e, concatenado com o vice-rei do Brasil, pautou-se na dissimulação e certa convivência com algumas práticas do poder local.

Sebastião seria a antítese do modo de governar de seu antecessor, José Marcelino de Figueiredo. Enquanto este vivia às turras com a Câmara de Vereadores, demonstrando diversas vezes seu autoritarismo, aquele seria dissimulado e conciliador de interesses. Comissoli comenta ainda que Sebastião gozaria de prestígios com seus

³¹ *Projeto Resgate- Arquivo Histórico Ultramarino- Capitania do Rio Grande do Sul. Cx. 2, doc. 206.*

³² COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2006. p.164.

superiores e não teria se envolvido em nenhum conflito significativo com a Câmara.³³ Entretanto, como constataremos no terceiro capítulo deste trabalho, houve sim um forte atrito entre o governador e os camaristas, que nos fornece interessantes indícios sobre as ações, relações sociais e modo de governar deste administrador colonial.

Portanto, parece que Sebastião era um homem que manuseava tão habilmente a espada quanto a pena, e que conheceu os vícios e virtudes das terras meridionais. Mas o que nos interessa nessa investigação são os compadrios de Veiga Cabral da Câmara, que se iniciaram em 1774, estendendo-se pelos 24 anos seguintes e, como veremos nos dois próximos capítulos, estiveram diretamente ligadas com sua prática administrativa.

³³ Idem.

CAPÍTULO 2

ENTRE O SAGRADO E O PROFANO: A DUALIDADE DO PRIMEIRO SACRAMENTO CATÓLICO E DOS LAÇOS DE COMPADRIO NA AMÉRICA LUSA SETECENTISTA

A sociedade formada no Rio Grande de São Pedro ao longo do século XVIII viveu sob os costumes e valores da sociedade portuguesa, tanto nos planos material quanto simbólico, mundano e sagrado. Se no Reino a religião oficial era o catolicismo, a sombra da cruz se projetou para as colônias no ultramar. Assim, são interessantes para a compreensão de nosso objeto de estudo algumas considerações acerca da doutrina católica e significados do batismo.

I . O rito do batismo nas sociedades católicas de Antigo Regime

De acordo com o dogma católico, quando Adão provou o fruto proibido perpassou seu pecado a todos os seus descendentes. Dessa maneira, o ser humano nasceria impuro, e todos os aspectos desse nascimento carnal estariam vinculados ao pecado, imperfeição, vergonha e introspecção. A concepção de uma criança restringe-se à cópula do casal, realizada em local privado e longe de olhares. O parto é um momento de dor, onde a mãe perde muito sangue e só há o testemunho do médico ou parteira. O pós-parto é um período delicado, pois ainda há o risco de morte tanto da mãe quanto do recém-nascido. Devido a essas máculas, seria necessário um renascimento, não mais no plano material, mas espiritual. Essa é a função do batismo, o primeiro dos sete sacramentos da Igreja Católica. A criança batizada renasceria no mundo espiritual, purificando-se do pecado original através da imersão em água benta e demais atos do ritual. Se o nascimento carnal era feito quase às escondidas e marcado por dor e lágrimas, o nascimento espiritual era um momento de alegria realizado numa cerimônia pública. O ato do batismo é a representação sacramental tanto da paixão de Cristo (pois

haveria a morte no plano carnal e renascimento espiritual) quanto da sua natureza ao mesmo tempo humana e divina.³⁴

Para o renascer espiritual seria necessário uma outra filiação, e essa é a função dos padrinhos. No rito de batismo são eles que respondem as perguntas em nome do infante (ainda incapaz para tal) dando-lhe fiança aos olhos de Deus. Se padrinhos tornavam-se pais espirituais do rebento, por consequência tornavam-se irmãos espirituais dos pais biológicos. Padrinhos estabelecem laços imateriais, portanto, tanto com seus afilhados quanto com seus compadres.³⁵

Mas o batismo e os vínculos intrínsecos a ele, de acordo com Stephen Gudeman, possuem duas faces: uma voltada para a esfera do sagrado e outra voltada para a esfera das relações sociais.³⁶ “O pecado original purgado das almas dos batizando os insere, ao mesmo tempo, no rebanho divino e no mundo social. Os pais dão à criança o ser e os padrinhos dão o ser social no seio da cristandade.”³⁷ Percebe-se, então, o quão importante era para aquela sociedade formada sob o signo da Igreja Católica o ato do batismo e os vínculos estabelecidos por ele. Ficaria a cargo dos padrinhos cuidar da educação, acompanhamento religioso, conselhos, encaminhamento para profissão e matrimônio de seus afilhados, que, em contrapartida, deveriam apoio, respeito e obediência. O vínculo estabelecido entre os compadres (chamado de compadrio) deveria ser de solidariedade mútua.

Mas se aos olhos de Deus havia igualdade entre as partes, aos olhos dos homens os vínculos originados do batismo se revestiam da mesma hierarquia e diferenças existentes naquela sociedade, aspectos que serão explorados no capítulo seguinte. Privilegiamos em nossa análise o caráter mundano do compadrio, por considerá-lo o mais relevante para o entendimento das questões propostas. Partimos do pressuposto que ao escolher os padrinhos para seus filhos, os indivíduos o faziam de acordo com seus interesses de aproximação social, o mesmo valendo para o aceite do compadrio. Dessa forma, tomamos os compadrios estabelecidos por Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara como movidos pelo desejo de criar novos laços ou reforçar os já existentes.

³⁴ HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir de registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)*. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2006, p.185-214.

³⁵ Idem.

³⁶ GUDEMAN, Stephen. Spiritual relationship and selecting godparent. In: *Man, new series*. Vol. 10 (2), Jun. 1975. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1975, p 222.

³⁷ HAMEISTER, *op. cit.*, p. 208.

II. Algumas considerações sobre os registros batismais

Conforme Sheila de Castro Faria, no período colonial “o registro da vida das pessoas passava pelo domínio do catolicismo”.³⁸ Ou seja, tanto o registro do nascimento, matrimônio e óbito estavam a cargo da Igreja Católica. São esses três tipos de documentos, produzidos na paróquia de residência dos indivíduos, que compõem as chamadas fontes paroquiais, e constituem um importante corpus documental para o estudo de trajetórias e estratégias de sociabilidade.

Dessa massa documental, a principal fonte de nosso trabalho são os registros batismais produzidos na freguesia Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre entre os anos de 1774 e 1798. Segundo Martha Hameister, dentre a documentação utilizada para pesquisas sobre o período colonial, os registros de batismo são o conjunto mais “democrático”, pois abrangem todos os setores da população, tanto pobres quanto ricos, livres quanto escravos.³⁹ Essa documentação nos abre caminho para reconstituir as redes de alianças existentes entre os indivíduos e compreender a dinâmica e formas de hierarquização da sociedade colonial.

Após os ritos de batismo, o pároco registrava a cerimônia, informando a data do ocorrido e do nascimento do bebê, bem como seu nome e legitimidade (se era uma criança fruto de um relacionamento legítimo; se era filho natural, isto é, de concubinato; ou se era uma criança exposta na casa de outrem). Em relação aos progenitores são indicados a naturalidade, filiação, cor (caso trate-se de africanos, indígenas ou respectivos descendentes) e em alguns casos um distintivo social (como patente militar ou cargo administrativo, por exemplo). Sobre a cor, Sérgio Nadalin destaca que

a condição ‘branco’ não era registrada nas atas. A cor da pele era muito mais um indicativo social, e é possível pensar que muitos padres tenham omitido a menção para um ou outro indivíduo originalmente pardo já ‘assimilado’ ao mundo dos brancos.⁴⁰

Por fim são registrados os nomes dos padrinhos e a distinção social, se for o caso. É interessante ressaltar que em muitos dos batizados não há presença de madrinhas, apenas padrinhos. Em algumas situações a madrinha de carne e osso poderia

³⁸ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 307.

³⁹ HAMEISTER, *op. cit.*, p. 188.

⁴⁰ NADALIN, Sérgio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Demográficas, 2004, p.59.

ser substituída por uma entidade sobrenatural, como a Virgem Maria ou alguma santa de devoção. Esses costumes evidenciam-se nos dados apresentados em breve.

III. Um experimento em História comparada

O compadrio é uma seara ainda pouco explorada para a história do Rio Grande colonial. Uma das metas de nosso trabalho é matizar a importância que os laços originados ou reforçados através do compadrio com membros da alta administração possuíam no extremo-Sul do Império Ultramarino português em fins do século XVIII. Dessa maneira, uma comparação com outra localidade da América lusitana, no caso Vila Rica, em Minas Gerais, se mostra um profícuo exercício intelectual para lançar algumas luzes sobre as questões propostas.

Na prática de História Comparada valoriza-se a observação de sociedades contíguas, próximas no tempo e no espaço e que exerçam influência mútua. Levando em consideração semelhanças e diferenças, visa-se entender as causas e motivações internas, externas e inter-relações do fenômeno estudado.⁴¹ Nosso interesse, no entanto, é bem mais modesto. Ao propor uma rápida aproximação com o método da História Comparada, visamos contornar, na medida do possível, a carência de estudos sobre compadrio no Rio Grande e, através da analogia com uma espacialidade distinta, compreender a importância do compadrio para Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, nosso personagem central. Para tal, observaremos outras duas importantes figuras da administração colonial no Rio Grande setecentista: José Marcelino de Figueiredo e Inácio Osório Vieira.

O primeiro foi governador da capitania meridional entre os anos de 1769 e 1780. Sua administração foi marcada pela retomada dos territórios perdidos para os espanhóis e pela transferência da única Câmara da capitania para Porto Alegre; foi um homem que estabeleceu inimizades e atritos com os camaristas e alguns membros da elite local. Inácio Osório Vieira foi Provedor da Fazenda Real e um dos opositores de Marcelino,

⁴¹ BARROS, José D'Assunção. Origens da História comparada. As experiências com o comparativismo histórico entre o século XVIII e a primeira metade do século XX. In: *Anos 90: Revista do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, vol. 14, n 25, julho de 2007, p.141- 173.

construiu uma invejável trajetória burocrática para a época e embora tivesse fama de zeloso e honesto foi acusado de liderar uma importante facção política local.⁴²

Além desses sujeitos utilizamos para comparação três homens com posição de poder na capitania de Minas Gerais no mesmo período. As informações que possuímos sobre eles são resultados das pesquisas de Renato Pinto Venâncio. O primeiro deles é Dom Rodrigo José de Menezes, aristocrata oriundo de uma das mais importantes famílias de Portugal, considerado na época como um modelo de mando no Império Ultramarino. O segundo nome é Luís da Cunha Menezes, que, ao contrário do anterior, não gozava de boa fama, tendo sido acusado de opressor e tirânico, o que lhe garantiu a alcunha de “Fanfarrão Minésio”, através da pena do poeta árcade Cláudio Manoel da Costa. Para finalizar a lista, observaremos alguns dados sobre João Rodrigues de Macedo, que por meio da arrematação de contratos de cobrança de impostos construiu sua fortuna, chegando a ser apontado como o homem mais rico da capitania; livrou-se da acusação de conspirar contra a Coroa portuguesa durante o processo da Inconfidência Mineira.⁴³

Sigamos adiante em nossa experiência comparativa.

Embora os seis fossem homens de poder e visibilidade, o meio onde viviam era bastante diferente. A capitania de Minas Gerais teve sua colonização iniciada na virada do século XVII para o seguinte, após a descoberta das jazidas de ouro; foi uma região atrativa para muita gente que buscava riquezas. A capitania do Rio Grande de São Pedro, por seu turno, teve sua colonização iniciada algumas décadas mais tarde, e suas atividades econômicas giravam em torno da agropecuária. Se Minas foi uma das capitanias mais populosas nos setecentos, o mesmo não se pode afirmar sobre o Rio Grande, que mesmo no fim daquela centúria ainda era pensado como um lugar ermo. A capitania meridional vivia à sombra da guerra, devido à posição limítrofe com os domínios de Espanha, preocupação essa que não afligia os moradores de Minas Gerais. Vila Rica era, à época, um dos maiores núcleos urbanos da capitania, enquanto Porto Alegre, bem mais singela nesse quesito, iniciava um tímido crescimento após a transferência da Câmara e principalmente pela posição portuária.

⁴² KÜHN, Fábio. Os homens do governador: relações de parentesco e redes sociais no Continente do Rio Grande (1769-1780). In: *Familia y Organización Social en Europa y América, siglos XV-XX*. (Paper apresentado em congresso), 2007. & COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

⁴³ VENÂNCIO, Renato Pinto, *et. alii*. O compadre governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. In: *Revista brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 26, n° 52, jul.-dez., 2006. p.273-294.

Analisando os registros batismais de Porto Alegre, detectamos que Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara batizou 21 crianças e um adulto, tornando-se compadre de 20 casais.⁴⁴ Trata-se de um número bastante expressivo se compararmos ao seu antecessor José Marcelino de Figueiredo e uma média um pouco inferior aos batismos efetuados por Inácio Osório Vieira. Observando os governadores de Minas Gerais no mesmo período, Sebastião possui uma média anual de batismos bastante inferior, embora em números absolutos apenas Luís da Cunha Menezes tenha conduzido mais crianças à pia batismal.

Quadro 1
Comparação entre o número de batismos realizados por autoridades administrativas de Porto Alegre e Vila Rica

PADRINHO	CARGO DOS PADRINHOS	CAPITANIA	PERÍODO	NÚMERO DE AFILHADOS	MÉDIA ANUAL DE AFILHADOS
Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara	Governador	Rio Grande de São Pedro	1774-1798	22	0,91
José Marcelino de Figueiredo	Governador	Rio Grande de São Pedro	1769-1780	6	0,54
Inácio Osório Vieira	Provedor da Fazenda	Rio Grande de São Pedro	1773-1798	28	1,12
Rodrigo José de Menezes	Governador	Minas Gerais	1780-1783	11	3,6
Luís da Cunha Menezes	Governador	Minas Gerais	1783-1787	23	5,7
João Rodrigues de Macedo	Contratador	Minas Gerais	1777-1789	15	1,2

Fontes: *Projeto resgate de fontes paroquiais* (2009); KÜHN (2007); VENÂNCIO (2006).

⁴⁴ O governador batizou Sebastião e Inácio, ambos filhos do casal Francisco Rodrigues da Silva e Angélica de Jesus. 2º livro de batismos de Porto Alegre, fl. 8v, 21.12.1792; fl. 84v, 21.04.1797. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). *Projeto resgate de fontes paroquiais. Porto Alegre-Viamão (século XVIII)*.

Analisemos o Quadro 1 da seguinte maneira: primeiro observando os administradores de cada capitania e depois comparando as localidades. Em Porto Alegre, o período de atuação de cada indivíduo foi sempre superior a uma década, e apenas o Provedor da Fazenda apresenta uma média de mais de um batismo anual. Dentre os três indivíduos, Inácio Osório é, em números absolutos, quem mais apadrinhou crianças, totalizando 28. Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara batizou 21 crianças e um adulto em 24 anos, um número inferior à média de Osório, mas bastante superior a José Marcelino. Este realizou apenas 6 batismos, entretanto no menor período de tempo. Esses dados nos levam a pensar que Veiga Cabral da Câmara e, principalmente, Osório se valeram muito mais do compadrio como estratégia para inserção familiar naquela sociedade do que José Marcelino. De acordo com Fábio Kühn, Marcelino procurou construir uma rede social e política aliando-se a membros da burocracia régia.⁴⁵ Assim, é possível que Veiga Cabral da Câmara e Inácio Osório Vieira tenham procurado formar suas redes de forma mais ampla, isto é, com segmentos diversos daquela localidade, denotando um tipo diferente de estratégia utilizada na escolha dos compadres.

Passemos a Vila Rica. Aqui os dois governadores possuem uma média de apadrinhamento maior que o contratador. Este, no entanto, num período maior de tempo, levou mais crianças à pia batismal que Rodrigo José de Menezes. Nenhum dos dois, entretanto, iguala-se a Luís da Cunha Menezes, que em apenas quatro anos apadrinhou 23 crianças, constituindo a média mais alta. O “Fanfarrão Minésio”, sem dúvida, foi quem melhor soube explorar o compadrio.

Comparando as informações disponíveis sobre as duas capitanias, evidenciamos que o compadrio era mais utilizado em Minas Gerais. Os governadores de Minas ficaram menos tempo que os do Rio Grande e, no entanto, foram mais constantes no apadrinhamento de inocentes. O que explica esse fenômeno? Renato Venâncio comenta que indivíduos com interesses econômicos e familiares enraizados em Vila Rica apadrinharam menos crianças que alguns governadores.⁴⁶ Essas conclusões não se aplicam ao caso rio-grandense, pois nenhum dos sujeitos analisados aqui possuía, até onde sabemos, tais vínculos. Embora tanto Sebastião quanto Inácio Osório tenham sido apontados como complacentes com o grupo de contrabandistas liderados pelo poderoso

⁴⁵ KÜHN, Fábio. *op. cit.* s/p.

⁴⁶ VENÂNCIO, Renato, *et. alii. op. cit.* p. 280.

Rafael Pinto Bandeira, provavelmente tratava-se mais da tentativa de preservar a posição de mando do que de uma participação efetiva em tal comércio.⁴⁷

Olhemos um pouco mais detidamente para Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, pois sua administração pode ser dividida em duas fases: antes e depois da demarcação do Tratado de Santo Ildefonso, que embora tenha sido assinada em 1777 foi efetivada entre 1784 e 1792. Portanto, Veiga Cabral da Câmara ficou oito anos afastado do governo, situação em que foi substituído pelos interinos Rafael Pinto Bandeira e Joaquim José Ribeiro da Costa. Se levarmos em conta esse afastamento, podemos ter uma outra idéia acerca do estabelecimento de compadrios por parte do governador fidalgo.

Quadro 2

Compadrios e fases da administração de Veiga Cabral da Câmara, 1774-1801

	ANTES DE ASSUMIR O GOVERNO (1774-1779)	1º FASE (1780-1784)	DEMARCAÇÃO DE LIMITES (1785-1792)	2º FASE (1793-1801)
Número de batismos	1	6	2	13

Fontes: 1º e 2º livros de batismos de Porto Alegre. In: *Projeto resgate de fontes paroquiais* (2009).

Uma das primeiras ações de Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara logo após chegar ao Rio Grande foi estabelecer compadrio com Tomás José da Costa e Souza, como foi mencionado no capítulo anterior. Após tornar-se governador o número de batismos aumentou significativamente. Durante a demarcação de limites houve dois batizados, sendo um da pequena Maria, filha de Antero José Ferreira de Brito, em 1785, e o outro de Sebastião, filho de Francisco Rodrigues da Silva. Após o retorno ao poder, é o período mais intenso de estabelecimento de compadrios. Como o último data de 1798, se estabelecermos uma média, esta é de 2,16 por ano, número superior tanto à sua média geral quanto a de José Marcelino, embora ainda bastante inferior aos governadores das Minas. Essa periodização evidencia como o compadrio foi ganhando

⁴⁷ GIL, Tiago Luís. *Infieis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2002, p. 197- 198.

valor enquanto estratégia social e política para Sebastião e a íntima relação existente com o exercício de seu cargo de governador.

III.1. Quem se aliaça aos olhos de Deus e dos homens

Devido ao caráter estratégico dos vínculos entre os compadres criados ou reforçados através do batismo, os padrinhos escolhiam bem quais crianças receberiam a nova filiação aos olhos de Deus e da sociedade a qual faziam parte. Nos tempos do Antigo Regime, os valores de cor e prestígio se misturavam. Indígenas e negros (bem como sua descendência) eram considerados como categoria inferior, vivendo, via de regra, à margem do mundo dos brancos.

Quadro 3
Cor presumida dos batizados em Porto Alegre e Vila Rica

PADRINHOS	NÚMERO DE CRIANÇAS BATIZADAS	NÚMERO DE BRANCOS	NÚMERO DE PARDOS	% DE BRANCOS
Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara	21	20	1	95,0
José Marcelino de Figueiredo	6	6	-	100,0
Inácio Osório Vieira	28	27	1	96,4
Rodrigo José de Menezes	11	11	-	100,0
Luís da Cunha Menezes	23	23	-	100,0
João Rodrigues de Macedo	15	12	3	80,0

Fontes: 1º e 2º livro de batismos de Porto Alegre. In: *Projeto resgate de fontes paroquiais* (2009); KÜHN (2007); VENÂNCIO (2006).

Através do Quadro 3 podemos ver que os administradores deram preferência para o batismo de crianças brancas, não conduzindo nenhum filho de escravos ou pretos forros à pia batismal. Os registros indicam apenas filhos de casais pardos, expressão ambígua que não nos mostra de quais grupos étnicos o rebento provinha. Tanto o contratador das Minas quanto o Provedor da Fazenda do Rio Grande apadrinharam crianças ditas pardas; ente os governadores o único a participar de tal cerimônia foi Veiga Cabral da Câmara.

No registro de batismo de Inácio, quarto afilhado do provedor Osório, em outubro de 1776, consta que era filho de Manuel Álvares, pardo forro, e Páscoa Gomes, do povo guarani.⁴⁸ Esse caso trata de um menino cafuzo, cuja ascendência paterna remonta às senzalas e pelo lado materno aos indígenas guarani. Nem todos os registros de pessoas de “baixa” qualidade social naquela época são detalhados; sobre os avós do pequeno Inácio nada nos é informado. A mesma situação ocorreu com Sebastiana, que recebeu os santos óleos do governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara em julho de 1794. A pequena era filha de Inácio José Filgueira e Rosa Ferreira, ambos pardos livres. Sobre os avós nada é informado, o que serve como indício de que se tratavam de pessoas de baixa importância para aquela sociedade. Segundo Faria, os pardos tiveram maior possibilidade de incorporação aos padrões do mundo livre, em especial no referente a práticas católicas. Netos de forros que casassem com pessoas da mesma condição já não receberiam nenhuma referência após seus nomes.⁴⁹ É possível que fosse esse o caso do casal Rosa e Inácio, ou ainda que mesmo sem ter o referido distanciamento dos antepassados escravos, o simples fato de ter uma filha apadrinhada pelo governador fidalgo fosse o suficiente para constarem nos registros com designação de pardos, demonstrando o processo de “branqueamento” social.

Mas o que o batismo de crianças pardas pode nos indicar? Por se tratarem de pessoas de categoria considerada inferior, os laços estabelecidos pelo compadrio com indivíduos do alto escalão administrativo (como os que estamos observando aqui) tendem a ser verticais, onde os brancos estariam na posição superior, para quem os respectivos compadres deveriam lealdade e prestação de serviços e favores. Essa tendência se torna especialmente forte no caso de Veiga Cabral da Câmara, por ser ele fidalgo.

⁴⁸ 1º livro de batismos de Porto Alegre, fl. 23v, 27.10.1776. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). *Projeto resgate de fontes paroquiais. Porto Alegre- Viamão (século XVIII)*.

⁴⁹ FARIA, Sheila de Castro. *op. cit.*, p. 305.

Nos dois exemplos citados acima trata-se de infantes frutos de relações sancionadas pela Igreja, ou seja, filhos legítimos. Esse era um aspecto importante para a escolha de compadres e afilhados. Os administradores meridionais só batizaram crianças nascidas de uniões legítimas e de pais conhecidos. A única exceção no grupo observado é o contratador Rodrigues de Macedo, que apadrinhou três inocentes fruto de relações extraconjugais e outras duas crianças expostas. Verificamos ai que, para os demais padrinhos, o reconhecimento público da filiação e legitimidade dos afilhados era condição fundamental para a realização do sacramento. Confirma-se ai a postura seletiva do apadrinhamento, pois na ótica daqueles homens não seria adequado ser reconhecido como compadre de pessoas adúlteras, lembrando que estamos tratando com uma sociedade católica.

Da mesma forma evidencia-se o caráter mundano do batismo, pois exceto o contratador mineiro nenhum outro batizou crianças de pais desconhecidos, sendo um indício do quão importante era o laço estabelecido entre os compadres. Trabalhamos com a perspectiva de que o compadrio se dava mais pelo interesse no laço de reciprocidade entre os compadres do que a preocupação com o sacramento católico. Se consistia em um vínculo ao mesmo tempo sagrado e mundano, este último é preponderante em nossa análise. Dessa forma, passemos a observar quem eram os pais daqueles rebentos batizados.

Em uma sociedade de Antigo Regime existiam diversas formas de distinção social além da riqueza. Na América portuguesa ser descendente dos *conquistadores* de determinada região era motivo de prestígio, bem como possuir algum título social, tal como patente militar, prenome de doutor ou ocupar uma função na governança local. Tais formas de destaque se estendiam às esposas, que passavam a ser reconhecidas como “donas”.

Quadro 4
Pais com títulos sociais em Porto Alegre e Vila Rica

PADRINHOS	CARGO DOS PADRINHOS	NÚMERO DE CRIANÇAS BATIZADAS	NÚMERO DE PAIS DAS CRIANÇAS COM TÍTULOS	% DE PAIS DAS CRIANÇAS COM TÍTULOS
Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara	Governador	21	13	61,9
José Marcelino de Figueiredo	Governador	6	6	100,0
Inácio Osório Vieira	Provedor da Fazenda	28	7	25,0
Rodrigo José de Menezes	Governador	11	8	72,2
Luís da Cunha Menezes	Governador	23	23	100,0
João Rodrigues de Macedo	Contratador	15	2	13,3

Fontes: 1º e 2º livro de batismos de Porto Alegre. In: *Projeto resgate de fontes paroquiais* (2009); KÜHN (2007); VENÂNCIO (2006).

Sobre a qualidade social dos compadres dos governadores é interessante observar que Luís da Cunha Menezes e José Marcelino de Figueiredo só batizaram filhos de homens com títulos. Marcelino como foi mencionado, procurou estabelecer compadrio com homens que em algum momento estiveram ligados à burocracia régia. Já o provedor e o contratador, ao que parece, foram os que menos se importaram com títulos ou, o que é mais provável, que procuraram estabelecer uma clientela.

José Marcelino e Cunha Menezes só batizaram filhos de homens com títulos, o que pode ser interpretado, como o estabelecimento de laços horizontais, em que são escolhidos homens da mesma categoria social. Dos compadres de Marcelino cinco eram integrantes do corpo militar de Dragões e outro era oficial da Junta da Fazenda Real,⁵⁰ e entre os compadres de Cunha Menezes encontram-se também militares e burocratas.⁵¹ Veiga Cabral da Câmara e Rodrigo José de Menezes, os dois fidalgos que exerceram cargos de governador na América portuguesa, por seu turno, estabeleceram compadrio

⁵⁰ KÜHN, Fábio. *op. cit.*, s/n.

⁵¹ VENÂNCIO, Renato, et alli. *op. cit.*, p. 288.

tanto com homens portadores de títulos quanto com sujeitos sem visibilidade nas suas localidades. Tomamos esses dados como indícios do estabelecimento (ou pelo menos uma tentativa) de laços tanto horizontais (na maioria) quanto verticais, demonstrando a amplitude das estratégias sociais destes dois homens. Verticalização essa, que, por parte de Sebastião, não foi tão intensa quanto a utilizada por Inácio Osório, visto que entre os compadres do Provedor da Fazenda apenas um quarto possuía alguma forma de título social.

Nesse sentido, é possível constatar que tanto em Porto Alegre quanto em Vila Rica não existiu apenas um padrão de laços de compadrio, mas sim a coexistência de variadas estratégias.

Analisando os registros batismais percebe-se que grande parte dos batismos não era realizado por marido e esposa, mas pessoas de casais diferentes. Vemos essa prática como a valorização dos laços de reciprocidade entre compadres, pois assim os pais da criança, ao invés de estabelecerem laços com uma única família (o caso de marido e esposa) estabeleceriam com duas. Mas além de compadres e afilhados o ato do batismo proporcionava um laço entre os padrinhos. No caso do padrinho e da madrinha não serem casados, o fato de numa cerimônia pública estarem lado a lado batizando uma criança, reconhecendo-a como filha espiritual, representa o reconhecimento do status um do outro, como na cerimônia referida no capítulo anterior, em que Veiga Cabral da Câmara e Clara Maria de Oliveira estiveram lado a lado.

Quadro 5
Madrinhas com títulos sociais em Porto Alegre e Vila Rica

PADRINHOS	CARGO DOS PADRINHOS	NÚMERO DE CRIANÇAS BATIZADAS	NÚMERO DE MADRINHAS	NÚMERO DE MADRINHAS COM TÍTULOS	% DE MADRINHAS COM TÍTULOS
Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara	Governador	21	7	5	71,4
José Marcelino de Figueiredo	Governador	6	3	2	66,6
Inácio Osório Vieira	Provedor da Fazenda	28	15	4	26,6
Rodrigo José de Menezes	Governador	11	11	11	100,0
Luís da Cunha Menezes	Governador	23	8	8	100,0
João Rodrigues de Macedo	Contratador	15	13	9	69,2

Fontes: 1º e 2º livros de batismos de Porto Alegre. In: *Projeto resgate de fontes paroquiais* (2009); KÜHN (2007); VENÂNCIO (2006).

Dessa maneira, através do Quadro 5, percebemos que o status das madrinhas em Vila Rica era levado mais em conta para compor o par à pia batismal do que em Porto Alegre, visto a superioridade das médias na cidade mineira. Dentre os administradores do Rio Grande de São Pedro, Veiga Cabral da Câmara foi o que mais valorizou seu par de batismo, e Inácio Osório Vieira o que menos se ateu nesse quesito. Esses dados confirmam a estratégia de laços tanto verticais quanto horizontais por parte de Sebastião e o intuito de formar uma clientela por parte de Osório.

Esses pais, mães, crianças e madrinhas não são pessoas sem nome ou história. São sujeitos que viveram conforme os costumes e valores de sua época e dessa maneira estabeleceram suas estratégias de sociabilidades e sobrevivência. Conheçamos, então, nas páginas que seguem, alguns desses nomes e histórias.

CAPÍTULO 3

A ASCENSÃO MATERIAL DA ALMA

O compadrio, assim como os demais laços de reciprocidade, se manifestava em duas vias. Da mesma maneira que Sebastião se valeu de seus compadres como uma ferramenta para se inserir na sociedade rio-grandense, esses se valeram da posição de mando do governador para obter benefícios simbólicos e materiais. Se ao batizarem seus filhos e afilhados essas pessoas cumpriam com seus papéis de cristãos, a maior elevação de seus “espíritos” se dava no plano mundano. Vejamos agora alguns dos reflexos materiais desse ato sagrado.

I. Família, redes sociais e hierarquias

As sociabilidades de Antigo Regime calcavam-se na reciprocidade entre as partes, onde para cada benefício material ou simbólico feito a alguém haveria a obrigação de retribuir. Essa forma de relacionamento, que perpassava todos os segmentos da sociedade chegando até o rei, encontrava na família um suporte. Por família tratamos aqui não apenas o grupo consangüíneo, de filiação e que compartilha o mesmo sobrenome, mas também toda a parentela, isto é, o conjunto de laços de parentesco fundados na consangüinidade, sobrenome, matrimônio ou laço espiritual (tal como o compadrio).⁵²

A família atuava como base para as demais formas de sociabilidade, pois constituía-se no primeiro lócus onde um indivíduo encontra o apoio e laços de que necessitava. Era no seio da família que se realizavam os primeiros fenômenos de mobilidade social em uma sociedade de ordens. As estratégias pessoais se enquadravam na convicção de que as decisões tomadas reverberariam nos demais membros do grupo. Essa constatação tende a reforçar a solidariedade do grupo, sem, no entanto, ignorar toda

⁵² BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. In: *Revista Mexicana de Sociología*. Vol. 61, n.º. 2., Abr. - Jun., 1999, p.117- 118.

gama de conflitos e tensões passíveis de ocorrer entre seus membros.⁵³ O conjunto de relações de um indivíduo constitui o que denominamos redes sociais.

Michel Bertrand define rede social como uma “estructura construída por la existencia de lazos o de relaciones entre diversos individuos [...] sería también un sistema de intercambios en el seno del cual los vínculos o las relaciones permiten la realización de la circulación de bienes e de servicios.” Numa rede, nem todas as relações entre os atores sociais se manifestam da mesma maneira, existem relações efetivas, que se traduzem em trocas constituindo um vínculo de fato; e relações potenciais, que podem vir a ser mobilizadas - dependendo das circunstâncias - dando lugar a um intercâmbio.⁵⁴

Os vínculos entre os membros de uma rede se enquadram na *economia do dom*, mencionada no primeiro capítulo. No entanto, a tríade de obrigações (dar, receber e restituir) não significa igualdade entre as partes, isso dependeria da posição social de cada indivíduo. Havia a tendência de relações simétricas entre sujeitos pertencentes à mesma camada social. Já entre indivíduos de camadas distintas a tendência era haver uma relação de desigualdade, onde um pólo deve mais; a esse tipo de laço chamamos de clientelar. Reciprocidade não pode ser tomada como igualdade. Nesse caso, o dom estabelece um elo que

para o pólo dominante (credor), se traduz na disponibilidade de quem dá um benefício e não exige uma contrapartida expressa e/ou imediata, e, do lado do pólo do dominado (devedor), está associada às idéias de “respeito”, “serviço”, “atenção”, significando a disponibilidade para prestar serviços futuros e incertos.⁵⁵

Os vínculos estabelecidos através do compadrio não fogem a essas práticas. O elo espiritual projeta-se para a o plano material, originando a cadeia de préstimos e retribuições revestidas das mesmas hierarquias existentes naquela sociedade. Essa relação de afinidade, chamada de parentesco fictício, segundo Giovanni Levi, tem tanto a função de reforçar os vínculos já existentes entre as partes quanto de criar outros novos. Estes vínculos podem se manifestar de forma horizontal (ou simétrica) se estabelecido entre amigos e parentes do mesmo status, ou vertical (ou assimétrico) se envolvendo pessoas de categorias distintas. Membros das elites tenderiam a buscar o compadrio entre seus pares, servindo como estratégia de proteção e demarcação de seu prestígio, bem como a exclusão de indivíduos de categoria considerada inferior. Essas

⁵³ Idem, p. 134.

⁵⁴ Idem, p. 119- 120.

⁵⁵ XAVIER, Ângela Barreto, HESPANHA, António Manuel. *op. cit.* p. 382.

alianças poderiam mobilizar créditos e contatos. Por seu turno, pessoas de estratos sociais mais baixos tenderiam a procurar estabelecer compadrios verticais, isto é, com pessoas de uma categoria mais alta, formando um vínculo patrão-cliente. Esse tipo de ligação, apesar dos deveres mencionados acima, pode ser encarado como uma estratégia de ascensão social por parte do pólo inferior.⁵⁶

Nota-se que, embora os compadres fossem iguais aos olhos de Deus, estavam à mercê do mesmo tipo de diferenças e desigualdades criadas pelos homens.

II. O perfil do estrategista

Sobre o primeiro batismo realizado pelo governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara na freguesia de Porto Alegre comentamos no capítulo inicial; trata-se de Sebastião, filho do casal Tomás José da Costa e Souza e Ana Joaquina da Costa e Souza. No capítulo anterior vimos como o estabelecimento de compadrios esteve vinculado à práxis administrativa de Sebastião. Durante a primeira fase de seu governo, considerando o período entre 1780 e 1784, os registros batismais mostram que Veiga Cabral da Câmara se ligou às seguintes pessoas:

Quadro 6
Relações de compadrio do governador Veiga Cabral da Câmara, 1780- 1784

DATA	AFILHADO(A)	OCUPAÇÃO DO COMPADRE	NOME DO COMPADRE	NOME DA COMADRE
16.06.1780	Sebastião	Tenente de Dragões	João Batista de Carvalho e Souza	Ana Maria de Souza
16.07.1780	Clara	Comandante militar em Triunfo ⁵⁷	Felisberto Pinto Bandeira	Dona Ana Clara do Espírito Santo

⁵⁶ LEVI, Giovanni. Family and kin- a few thoughts. In: *Journal of family history*. Vol. 15, n° 4, 1990. p. 571- 572

⁵⁷ GIL, Tiago Luís. *op. cit.* p. 140.

14.10.1780	Sebastião	Tenente de Dragões	Francisco Barreto Pereira Pinto	Eulália Joaquina de Oliveira
17.03.1781	Rita	Tenente-coronel de Dragões	Patrício José Correia da Câmara	Dona Joaquina Leocádia
24.11.1781	Sebastião	Tenente de Dragões	João Carneiro da Fontoura	Josefa Bernardina
31.03.1781	Alexandre	Alferes de Dragões	Alexandre de Souza Pereira	Dona Teodora Clara de Oliveira

Fontes: 1º livro de batismos de Porto Alegre. In: *Projeto resgate de fontes paroquiais* (2009)

Observando o Quadro 6, evidencia-se que Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, após assumir o governo da capitania do Rio Grande de São Pedro, optou em estabelecer compadrio com companheiros de armas. Desses compadres nenhum ocupou cargo no Senado da Câmara. Embora todos possuíssem patente inferior a de Sebastião, que na época já era brigadeiro, tomamos os laços estabelecidos como de cunho horizontal, confirmando a busca de reconhecimento e prestígio junto a militares. Alguns nomes de visibilidade naquela sociedade figuraram junto ao de Sebastião nas cerimônias de batismo, mostrando como esse governante procurou, num primeiro momento, cercar-se de pessoas com status. Trata-se, portanto, do estabelecimento de vínculos entre seus pares.

A terceira criança que Veiga Cabral da Câmara batizou foi a pequena Clara, filha de Felisberto Pinto Bandeira e sua primeira esposa, dona Ana Clara do Espírito Santo.⁵⁸ Se a ligação com essa poderosa família da capitania já havia dado seus primeiros passos quando Sebastião e dona Clara Maria de Oliveira batizaram o filho do casal Costa e Souza, agora ela se tornava mais sólida. Novamente dona Clara Maria apadrinhou uma criança ao lado do governador fidalgo, no entanto quem a representou na cerimônia foi ninguém menos que seu primogênito Rafael. Esse vínculo estabelecido com Felisberto pode ser mais significativo do que parece. Os Pinto Bandeira não eram apenas uma linhagem descendente dos primeiros *conquistadores* do Rio Grande e uma

⁵⁸ 1º livro de batismos de Porto Alegre, fl. 57v, 16.07.1780. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). *Projeto resgate de fontes paroquiais. Porto Alegre- Viamão (século XVIII)*.

das famílias mais ricas e prestigiadas daquele lugar, mas também o único grupo responsável pelo contrabando de couros e gados naquela fronteira. Felisberto era um dos líderes “menores” do bando,⁵⁹ e utilizava sua chefia militar como um facilitador para os negócios ilícitos que conduzia.

Tomamos o compadrio entre Felisberto Pinto Bandeira e Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara como um indício que corrobora a afirmação de Gil de que Rafael Pinto Bandeira e os seus teriam nesse governante um aliado. Assim, a tentativa de Sebastião em embargar uma investigação contra os negócios escusos de Rafael no ano de 1784, torna-se mais compreensível. O vínculo de compadrio entre Felisberto e o governador selou a aliança entre uma das famílias mais poderosas do Rio Grande e um dos governantes mais prestigiados do período colonial. Logo, trata-se de um laço de cunho horizontal, onde as nobrezas do Rio Grande e de Portugal se saudaram. Isso não significa, necessariamente, que Veiga Cabral da Câmara tivesse alguma participação efetiva no contrabando, mas certamente a amizade com a referida família foi um dos principais passos para fazer-se elite de fato nas paragens meridionais.

Outro vínculo importante foi com o já mencionado Patrício José Correia da Câmara e sua esposa dona Joaquina Leocádia. É bem possível que Patrício e Sebastião tenham se conhecido nas batalhas de reconquista dos territórios rio-grandenses que estavam sob o jugo dos castelhanos até 1776. Patrício representou, através de procuração em outubro de 1780, o governador na cerimônia de batismo do filho do tenente de Dragões Francisco Barreto Pereira Pinto e sua mulher Eulália Joaquina de Oliveira.⁶⁰ Trata-se de uma demonstração do bom relacionamento entre o governador e o tenente-coronel Correia da Câmara. Em março do ano seguinte, a recém-nascida Rita (primeira filha de Patrício e Joaquina) receberia os santos óleos de Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara. Duas semanas após essa cerimônia, Patrício Câmara ingressava na Irmandade do Santíssimo Sacramento, ordem religiosa local da qual fazia parte seu mais recente compadre.⁶¹ Não temos como precisar se a entrada de Patrício na confraria e o compadrio com o governador foram mera coincidência, mas é bem possível que o tenente-coronel tenha sido indicado por seu compadre fidalgo. Se Patrício era à época das escaramuças contra os espanhóis alguém ainda sem arranjos

⁵⁹ GIL, Tiago Luis, *op. cit.*, p. 152.

⁶⁰ 1º livro de batismos de Porto Alegre, fl. 60, 14.10.1780. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). *Projeto resgate de fontes paroquiais. Porto Alegre- Viamão (século XVIII)*.

⁶¹ AHCMPTA. *Livro de entrada de irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Porto Alegre, 1774- 1798*, fl. 1- 3v, 10v.

locais de poder, em poucos anos essa situação se modificou: galgou diversos postos na hierarquia militar, passando de sargento-mor a tenente-coronel, era compadre do ilustre governador da capitania e ingressara em uma ordem religiosa, denotando seu reconhecimento como pertencente à elite local.

Ainda em 1781, Sebastião batizou o filho do tenente João Carneiro da Fontoura e sua esposa Josefa Bernardina.⁶² Na cerimônia a madrinha não pode comparecer e foi representada pelo Provedor da Fazenda Inácio Osório Vieira. Esta era a primeira vez que Osório e Veiga Cabral da Câmara estariam lado a lado na pia batismal. Em 1792 ambos apadrinhariam (de fato, não apenas como representante de outra pessoa) o filho de Francisco Rodrigues da Silva e Teresa Angélica de Jesus,⁶³ que recebera o nome do governador. Cinco anos mais tarde Sebastião batizaria outro filho desse mesmo casal, mas desta vez como único padrinho.⁶⁴

Durante o período em que Veiga Cabral da Câmara esteve afastado do governo devido às demarcações do Tratado de Santo Ildefonso, batizou apenas duas crianças. Uma delas é o acima mencionado filho do casal Francisco e Teresa Angélica; a outra é a infanta Maria, filha de Antero José Ferreira de Brito e Bernardina Azevedo Lima.⁶⁵ Esse segundo casal merece nossa atenção.

Antero nasceu no Rio de Janeiro e estudou em Coimbra, formando-se em Leis. Com muito esforço, conseguiu o Hábito da Ordem de Cristo em 1768. Foi secretário no gabinete do Marquês de Pombal, mas devido a desentendimentos com este passou sete anos no cárcere, recuperando a liberdade após a ascensão de dona Maria I. Em seguida rumou para o Rio Grande, assumindo as propriedades que herdara de um tio. Ao sul dos trópicos era conhecido como “doutor Antero”, por ser um dos poucos homens letrados naqueles tempos onde a maioria da população era analfabeta. Casara com Bernardina, filha do capitão Domingos da Lima Veiga, juiz de órfãos e escrivão da Fazenda Real, homem de vistosa reputação.⁶⁶ Era, portanto, um casal de notáveis este com quem Veiga Cabral da Câmara estabeleceu compadrio. Após retornar às funções de governador, no

⁶² 1º livro de batismos de Porto Alegre, fl. 72v, 24.11.1781. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). *Projeto resgate de fontes paroquiais. Porto Alegre- Viamão (século XVIII)*.

⁶³ 2º livro de batismos de Porto Alegre, fl. 8v, 21.12.1792. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). *Projeto resgate de fontes paroquiais. Porto Alegre- Viamão (século XVIII)*.

⁶⁴ 2º livro de batismos de Porto Alegre, fl. 111v, 12.05.1785. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). *Projeto resgate de fontes paroquiais. Porto Alegre- Viamão (século XVIII)*.

⁶⁵ 1º livro de batismos de Porto Alegre, fl. 72v, 24.11.1781. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). *Projeto resgate de fontes paroquiais. Porto Alegre- Viamão (século XVIII)*.

⁶⁶ KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira : família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII*. (Tese de doutorado). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2006, p. 367- 370.

entanto, o governador adotou critérios diferentes para a escolha de seus compadres. Atentemos para o quadro a seguir.

Quadro 7
Relações de compadrio do governador Veiga Cabral da Câmara, 1793- 1798

DATA	AFILHADO(A)	NOME DO COMPADRE	NOME DA COMADRE	ATUAÇÃO NA CÂMARA
06.04.1793	Maria	Vitorino Pereira Coelho	Maria Joaquina	Nunca participou
19.06.1794	Sebastiana	Inácio José Filgueira	Rosa Ferreira	Nunca participou
29.06.1794	Sebastião	José Ferreira da Silva Santos	Dona Ana Damásia	Nunca participou
12.03.1795	José	José Francisco de Faria e Costa	Florinda Cândida	1790- procurador; 1793- tabelião
15.03.1795	Manoel	Manoel Vieira Rodrigues	Patrícia Maria	1788 - vereador de barrete; 1789 – procurador; 1793, 1799 e 1806 - vereador
21.09.1795	Sebastião	Antônio José de Alencastro	Joaquina Rosa de Jesus	1782 – vereador; 1784 e 1786 - juiz de barrete
01.11.1795	João	André Álvares Pereira Viana	Dona Florinda Flora Leite	Nunca participou
09.06.1796	Sebastião	Antônio Monteiro de Barros	Ana Maurícia	1789 - vereador de barrete; 1791 e 1804 – vereador; 1805 - juiz de barrete

29.10.1796	Sebastião	José Álvares de Carvalho	Mariana Eufrásia de Jesus	Nunca participou
21.04.1797	Inácio	Francisco Rodrigues da Silva	Teresa Angélica de Jesus	Nunca participou
24.05.1797	Sebastião	Bernardino Henriques de Amorim	Eugênia Maria Pinto Alpoim	Nunca participou
20.09.1798	Sebastiana	José de Ávila e Souza	Francisca Matilde de Oliveira	Nunca participou

Fontes: 1º e 2º livros de batismos de Porto Alegre. In: *Projeto resgate de fontes paroquiais* (2009); *Almanack de Porto Alegre*; COMISSOLI (2006).

Dentre os doze⁶⁷ indivíduos com quem Veiga Cabral da Câmara estabeleceu compadrio na segunda fase de seu governo não sabemos a ocupação de nove. Para tal seria necessário consultar registros matrimoniais, testamentos e inventários *post-mortem* para verificar suas atividades, o que extrapola os limites da atual pesquisa. No entanto, desses nove com ocupação desconhecida, sabemos que três⁶⁸ integraram a Câmara, todos em mais de uma ocasião, o que significa que eram homens de cabedal e reconhecimento social, portanto, membros da elite sócio-econômica local. Daqueles que sabemos a que atividade se dedicavam, um era capitão de Dragões, outro era comerciante e o terceiro dividia seu tempo entre as atividades militares e a mercancia.

Este terceiro é André Álvares Pereira Viana, um dos únicos oito comerciantes do Continente do Rio Grande a ser agraciado com o Hábito da Ordem de Cristo. Sabe-se que nasceu em Portugal e ainda rapaz transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro,

⁶⁷ No Quadro 2 do capítulo anterior são indicados 13 batismos, pois levamos em consideração o caso de Tomás, homem inglês de 30 anos para quem não consta filiação ou demais informações sobre sua procedência. Devido à carência de dados excluímos esse indivíduo da análise, embora, pelas informações que constam no registro batismal trate-se de um sujeito sem reconhecimento social naquela localidade, indicando mais uma relação clientelar.

⁶⁸ Na listagem de oficiais da Câmara elaborada por Comissoli consta um tal Francisco Rodrigues de Almeida e Silva, que talvez seja o já mencionado Francisco Rodrigues da Silva, por duas vezes compadre do governador. Na dúvida, consideramos prudente tratar como camaristas apenas aqueles em que há certeza da participação em tal instituição. Ver: COMISSOLI, Adriano. *Os "homens bons" e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006, anexo II.

residindo na casa do comerciante João Gomes da Costa, com quem aprendeu as artes do comércio. Quando seu tutor faleceu, André veio a casar-se com a viúva. Era reconhecido como um sujeito de grandes créditos e avultado cabedal.⁶⁹

Observemos outro exemplo. Sobre o negociante Antônio Monteiro de Barros não temos como precisar o volume de seus negócios e o valor de seu patrimônio. Todavia, o fato de ter composto a Câmara em quatro ocasiões, prova que era um homem de posses. Nascido na cidade do Porto⁷⁰ e casado com Ana Maurícia, natural de Viamão, é provável que, assim como André Álvares Pereira Viana, tenha realizado o trajeto Portugal- Rio de Janeiro- Rio Grande. Segundo Helen Osório, esta rota foi a mais usual, pois diversos jovens seguiram a trilha das gerações anteriores, saindo sobretudo de localidades ao norte de Portugal, ainda em tenra idade, para a casa de parentes, padrinhos ou conhecidos sediados no Rio de Janeiro para aprender as lidas do trato mercantil. O início mais comum da carreira era através da função de caixeiro na expectativa de uma futura ascensão. Frequentemente esses negociantes migravam, ou enviavam seus representantes, para diversas praças mercantis, sendo que os bem sucedidos normalmente retornavam ao Rio de Janeiro. Os negociantes de menor cabedal e com maior espírito de aventura tendiam a se fixar pelas paisagens sulinas⁷¹

Levando em consideração esses homens que participaram da Câmara ou que sabemos as atividades, percebemos como Veiga Cabral da Câmara modificou suas estratégias de escolha de compadres. Se num primeiro momento a escolha recaía sobre militares e indivíduos de reconhecimento social, agora a ocupação parece não ser mais tão significativa.

Sobre os outros seis compadres que não compuseram a Câmara local em nenhuma ocasião, é difícil precisar suas atividades e esboçar uma trajetória sem consultar inventários e testamentos. Poderiam ser pessoas que se dedicassem ao comércio, à criação de animais ou agricultura. Se a participação na Câmara é um indicativo de riqueza e prestígio, o fato de não compor essa instituição não é, necessariamente, sinônimo de qualquer tipo de marginalização, pois, poderia ser uma escolha desses homens não atuar na governança local. Mesmo sem consultar os mencionados inventários, fizemos um levantamento dessa documentação visando a

⁶⁹ OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 288.

⁷⁰ 2º livro de batismos de Porto Alegre, fl. 68v, 09.06.1796. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). *Projeto resgate de fontes paroquiais. Porto Alegre- Viamão (século XVIII)*.

⁷¹ OSÓRIO, Helen. *op. cit.*, p. 277- 299.

continuidade dessa pesquisa, e dos seis sujeitos em questão, localizamos o inventário apenas de um, Vitorino Pereira Coelho. A inexistência dos demais inventários pode indicar a pobreza daqueles homens que nada, ou muito pouco, tinham a legar para seus herdeiros. Consideramos a inexistência de inventários para todas as localidades da capitania do Rio Grande de São Pedro. Também é possível que estes indivíduos tenham inventariado seus bens em outras regiões da Colônia, caso se tratassem de migrantes.

Vê-se aqui, mais uma mudança nas estratégias do compadre governador: a aliança com as camadas baixas da sociedade, denotando uma relação de clientelismo. É difícil saber exatamente qual a contrapartida que estes homens poderiam dar ao governador, entretanto

o acto de “dar” podia corresponder a um importante investimento de poder, de consolidação de certas posições sociais, ou a uma estratégia de diferenciação social. O “dar” com liberalidade, com caridade e com magnificência parece, por outro lado, essencial para o próprio impacte [sic] político do acto⁷²

Apadrinhar filhos de pessoas de pouca visibilidade naquele tipo de sociedade era um ato de nobreza, fundamental para um fidalgo que tem que provar seu valor ao sul dos trópicos. Ato essencial para quem se torna elite.

Além de aumentar seu prestígio, no jogo de relações sociais o governador conquistava alguns curingas, indivíduos que lhe prestariam serviços quando necessário. Portanto, esses indivíduos de baixos estratos sociais parecem orbitar a periferia da rede de relacionamentos do governador, constituindo-se não como relações efetivas de fato, mas como relações potenciais.

Se, em tese, o vínculo entre compadres deveria ser de solidariedade mútua, isso não significa que na prática assim o fosse. Apesar de eternos e igualitários no mundo espiritual, os laços de compadrio eram traspassado por todas as hierarquias existentes no mundo dos homens. Reiteremos que reciprocidade não significa igualdade. E mesmo as relações horizontais poderiam se desmanchar em meio a raios e tempestades.

⁷² XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. *op. cit.* p. 388.

II.1. A Câmara e um caso insólito

As Câmaras Municipais eram o espaço por excelência de representação das elites coloniais. Cada Vila possuía a sua Câmara, que tinha o poder de interferir na economia local e escrever diretamente ao rei. Essas instituições eram um ambiente tanto de negociações quanto de conflitos. Nos setecentos, o Rio Grande de São Pedro por possuir apenas uma Vila (Rio Grande), possuía apenas uma Câmara, palco de atuação dos *conquistadores* e seus descendentes. Após a invasão espanhola, todo aparato administrativo da capitania foi transferido para Viamão e em 1774 para Porto Alegre. Nessa última localidade a Câmara passou a ser ocupada sobretudo por mercadores reinóis.⁷³

No capítulo inicial mencionamos o conhecimento de uma querela entre o governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara e os camaristas. O caso diz respeito aos trabalhos do provedor de Defuntos, Ausentes, Capelas e Resíduos que havia chegado a Porto Alegre. Este era um cargo existente nos quadros do Império português desde o século XVI, de nomeação régia e que trabalhava acompanhado de um tesoureiro e um escrivão. Possuía diversas funções, dentre as quais consideramos as mais significativas para o estudo deste caso a inventariação dos bens móveis e de raiz de pessoas falecidas sem herdeiros na localidade onde residiam. Esses bens deveriam ser leiloados em praça pública. Também era tarefa do provedor de Ausentes e seus auxiliares cobrarem as dívidas ativas dos falecidos e enviar, periodicamente, os montantes para o Reino.⁷⁴

Chamava-se João Brás Vidal Jordão o tal provedor de Ausentes e estava há cerca de um ano na freguesia quando se deu o ocorrido. Naquele 9 de janeiro de 1793 o tabelião Inácio Manuel Vieira, fora à casa de João Brás levar-lhe um ofício para que apresentasse à Câmara Municipal as provisões régias que lhe autorizavam o desempenho de suas funções. Alegava-se que João Brás fazia “audiências públicas e praças de arrematações e seqüestros, tomando conta as testamentárias, tercinhas dos

⁷³ COMISSOLI, Adriano. *op. cit.* 66.

⁷⁴ SALGADO, Graça (coord.) *Fiscais e meirinhos. A administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1985. Segundo Márcia Eckert Miranda no século XVIII no Rio Grande esse cargo era desempenhado pelo Ouvidor da Comarca de Santa Catarina. No entanto, esse caso comprova que existiu pelo menos um provedor de Defuntos e Ausentes na capitania sulina setecentista. Ver: MIRANDA, Márcia Eckert. *Continente de São Pedro: administração pública no período colonial*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 2000.

falecidos e passando portarias aos tabeliães desta vila para lhe apresentar os livros de registros de testamentos.”⁷⁵

O ofício tinha autoria de Bernardo José Pereira, juiz ordinário e presidente do Senado da Câmara naquela ocasião. Bernardo era casado com Maurícia Antônia, filha de Francisco Pinto Bandeira e Clara Maria de Oliveira e irmã de Rafael. Gozava de prestígio com o sogro, pois aparece como terceiro inventariante deste (a primeira, como de praxe, era a viúva, seguida do filho primogênito, Rafael). Era uma figura importante para os Pinto Bandeira, pois poderia acrescentar à família seu cabedal de negociante e, em contrapartida, obter poder e prestígio inalcançáveis de outra forma. Bernardo era um homem temido por ser integrante dos Pinto Bandeira e “a reprodução deste medo era importante para a manutenção dos negócios da família”.⁷⁶

João Brás recusou-se a atender tal solicitação de Bernardo, respondendo com um outro ofício no qual alegava não dever satisfações a funcionários hierarquicamente inferiores. Os camaristas e demais *cidadãos*⁷⁷ concordaram em mandar chamar o provedor à Câmara para que apresentasse pessoalmente as ditas provisões. Novamente o tabelião Inácio Manuel Vieira foi à casa do dito provedor para intimar-lhe, mas desta vez acompanhado do escrivão José Francisco de Faria e Costa. Há duas versões para o desdobramento desse encontro. Os visitantes alegaram que foram agredidos fisicamente pelo provedor; em sua versão, João Brás negou tais violências. Não sabemos quem disse a verdade. Fato é que os camaristas concordaram que João Brás deveria ser preso por crime de lesa-majestade e o caso remetido ao Tribunal da Relação do Rio de Janeiro para que fossem tomadas as devidas providências. Curioso é que na ata em que o acontecido foi relatado, além dos oficiais camaristas, havia as assinaturas de outros quinze *homens bons*.

O provedor João Brás foi conduzido à prisão. Cinco dias depois Bernardo escreveu uma carta ao governador contanto sua versão dos fatos, aos quais Veiga Cabral da Câmara mostrou-se incrédulo, ordenando a soltura imediata do prisioneiro. O provedor de Ausentes foi solto, mas algum tempo depois retornou ao cárcere sob ordens do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, que mandara instaurar uma devassa.

⁷⁵ AHPA, Termo de vereança de 12 de janeiro de 1793- Atas da Câmara Municipal, livro 3 (1788-1794).

⁷⁶ GIL, Tiago Luis. *op. cit.* p. 135- 137.

⁷⁷ Em se tratando do período colonial, segundo Maria Fernanda Bicalho, cidadão é aquele que participa da governança, ou seja, os “homens bons”. É sinônimo de republicano, que em seu sentido mais amplo, significa aqueles que participam da coisa pública. Ver: BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001, p. 189- 221.

Deflagrou-se aí o conflito entre o governador da capitania e a Câmara de Vereadores. Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara recorreu ao vice-rei do Brasil, José Luis da Costa, o conde de Resende, alegando o absurdo do ocorrido, o abuso de poder dos camaristas liderados por Bernardo e o ultraje ao provedor (visto que não teria cometido crime algum) e a ele governador (que estaria sendo desrespeitado em sua autoridade). Numa dessas cartas Sebastião queixou-se da desonra da qual estava sendo vítima e dos maus hábitos da Câmara, que “reduzem o governador do continente à condição de um simples comandante de tropa sem arbítrio para reprimir as suas ordens [...]”,⁷⁸ costumes esses já praticados com seus antecessores. Nesta carta Veiga Cabral da Câmara nos revela que foi falsamente acusado por Bernardo José Pereira, acusações essas as quais ainda não temos conhecimento. Fato é que o governador, em represália, reiterou as acusações à Câmara, que teria desencaminhado pedidos de sesmaria e intimidado outras pessoas, má conduta essa que, servia como indício da má fé em que obravam os camaristas no caso do provedor de Ausentes.

Veiga Cabral da Câmara, entretanto, reconhece duas acusações que lhe foram feitas: a prisão do capitão João Antunes Pinto e a ordem para que Francisco Martins Moreira freqüentasse sua sala. Naturalmente o governador justificou as duas decisões. O capitão João Antunes Pinto fora preso porque, através do cargo de juiz ordinário que exerceu em 1792, teria extorquido de particulares altas quantias de dinheiro. Francisco Martins Moreira, também juiz ordinário em 1792, teria feito pouco caso ao regresso de Veiga Cabral da Câmara das demarcações de limites, não tendo-lhe prestado as devidas honras. Como corretivo Francisco foi ordenado a apresentar-se diariamente ao ajudante do governador, na sala deste. Veiga Cabral da Câmara admite que Francisco, após três dias, “não deixou de [...] dar provas de haver entrado em si”.⁷⁹

Sebastião esperava que o vice-rei intercedesse a seu favor, mas como não obteve o apoio necessário apelou para instâncias maiores. O governador - utilizando os mesmos argumentos - pediu o auxílio de Martinho de Mello e Castro, secretário de Estado e Negócios da Marinha e Ultramar em Lisboa, e, após a morte deste em 1795, passa a tratar com seu sucessor, dom Rodrigo de Souza Coutinho, o futuro conde de Linhares. Sebastião reclamava a Coutinho sobre a situação injusta e vexatória, argumentando ser “[...] não menos injurioso ao [seu] caráter, e comportamento de oficial general descendente, e imitador de muitos que se distinguiram, e assinalaram em toda a

⁷⁸ Arquivo Histórico Ultramarino- Projeto Resgate- RS, caixa 4, documento 326, anexo 7.

⁷⁹ Idem.

extensão dos domínios de Sua Majestade.”⁸⁰ Não sabemos exatamente o que Coutinho fez pelo caso, mas fato é que este chegou às mãos do príncipe regente no ano de 1801. Dom João remeteu o caso ao Conselho Ultramarino para fins de deliberação. Não possuímos nenhum registro sobre a decisão, se é que ela existiu.

Esse conflito demonstra que, embora adotando uma postura política dissimulada, o governador Sebastião não tinha o sangue tão frio quanto se possa pensar. Era, sem dúvida, um homem que não vacilava em acionar seus contatos quando necessário.

Mesmo sem resposta este caso insólito nos instiga a um questionamento sobre as sociabilidades no século XVIII. Vimos anteriormente que Sebastião e os Pinto Bandeira tinham bons e fortes laços. A hipótese que seguimos é que se trate de questões pessoais entre Bernardo e o governador, não afetando o resto da família e seu relacionamento com esses dois homens. Em nenhum momento é mencionado o nome dos Pinto Bandeira nem feitas alusões a esta família; a animosidade se deu somente entre Bernardo e Sebastião. Ambos poderiam ter fortes e bons laços com Felisberto, Rafael e dona Clara Maria, mas, no entanto, trocar farpas entre si. Demonstraria-se aí, as divergências de opinião e rivalidades dentro do seio familiar, que podem traduzir-se ou não em um empecilho para a coesão do grupo.

Ainda sobre o caso do provedor de Ausentes, dois nomes merecem ser destacados. O primeiro é o do escrivão José Francisco de Faria e Costa, que dois anos após o ocorrido convidaria o governador para apadrinhar seu filho.⁸¹ O segundo nome é Antônio Monteiro de Barros, um dos quinze *homens bons* que assinaram aquela ata, que, assim como José Francisco, tornaria-se compadre de Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara.⁸² Somente após 1795 é que o governador estabelece laços com homens que desempenharam ou desempenhariam cargos na Câmara. Tudo indica que Sebastião procurou aproximar-se de figuras que orbitassem o poder local, espaço ainda não “conquistado” por ele, mas que após o conflito envolvendo o provedor - e tendo conhecimento dos atritos de seu antecessor José Marcelino – tornava-se uma necessidade para o bom andamento de sua administração.

O governador parece ter conquistado a admiração de José Francisco e Antônio, pois ambos chamaram seus rebentos com o mesmo nome: Sebastião.

⁸⁰ Arquivo Histórico Ultramarino- Projeto Resgate- RS, caixa 4, documento 326, anexo 12.

⁸¹ 2º livro de batismos de Porto Alegre, fl. 45, 12.03.1795. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). *Projeto resgate de fontes paroquiais. Porto Alegre- Viamão (século XVIII)*.

⁸² 2º livro de batismos de Porto Alegre, fl. 68v, 09.06.1796. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). *Projeto resgate de fontes paroquiais. Porto Alegre- Viamão (século XVIII)*.

III. A graça do espírito e a vida além do ser

O caro leitor já deve ter percebido que o governador Sebastião batizou diversas crianças que receberam a sua graça (nome). Dos seus 21 afilhados, onze meninos chamaram-se Sebastião e duas meninas foram nomeadas como Sebastiana. Hameister comenta que segundo as normas da Santa Madre Igreja o nome de uma criança deveria ser escolhido pelo padrinho, mas no entanto não há como precisar se na prática era de fato o que ocorria ou se a nomeação era decidida pelos pais e apenas ratificada pelos padrinhos.⁸³ De qualquer forma, seja pela autopromoção de seu nome ou por homenagem dos compadres, a criança receber o nome do padrinho é sinônimo de prestígio deste frente aos novos irmãos espirituais.

Era recomendado ainda que o nome escolhido fosse cristão ou nome de um santo. De acordo com a lenda, São Sebastião foi um soldado romano brutalmente assassinado por defender os cristãos, tornando-se um mártir. O nome Sebastião, de origem grega, significa venerável, sagrado, características essas coincidentemente coerentes com a postura do governador em questão. Não sabemos se na América portuguesa setecentista havia preocupação com a etimologia do nome, mas certamente havia preocupação do rebento possuir o nome de alguém importante naquela localidade, pois

nomear, estabelecer uma nomenclatura familiar e pessoal, nessas circunstâncias, é uma prática social que visa, antes de mais nada, estabelecer e perpetuar o “nicho” de certos homens e famílias no grupo ao qual pertenciam e ante outros grupos, podendo assumir, assim, um aspecto místico.⁸⁴

Dessa forma, dar ao filho o nome do valoroso governador, herói na reconquista de territórios frente aos espanhóis, pode ser visto como uma tentativa de preservar ou conquistar um lugar de destaque na sociedade, uma vez que a família já planejava o matrimônio e carreira da criança, visando o engrandecimento familiar. Esta deve ter sido a intenção do capitão José Ferreira da Silva Santos, ao talvez planejar a brilhante carreira militar de seu pequeno Sebastião, cujas façanhas preservariam a reputação da família. O comerciante Antônio Monteiro de Barros possivelmente pensou algo parecido, visando a prosperidade dos negócios familiares e uma venerada posição no alto da hierarquia social. Estes são dois exemplos de homens de elite que prestigiavam

⁸³ HAMEISTER, Martha Daisson. *op. cit.* p. 78- 137.

⁸⁴ *Idem*, p. 118.

Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, comprovando como este foi conquistando seu lócus entre as camadas dominantes com o passar dos anos.

Para Hameister, o nome tinha por finalidade promover a continuidade do indivíduo em termos simbólicos. “Eram dois e ao mesmo tempo um, pois continuavam-se um no outro. O nome não era apenas desinência de um indivíduo; antes, designava uma espécie de entidade, entidade esta pertencente à família ou ao grupo no qual estavam inseridos.”⁸⁵ Nomear uma criança era a tentativa de transmitir-lhe as qualidades do dono do primeiro nome, servindo de inspiração para a vida adulta.

Da mesma forma que a atribuição do nome era usada para a manutenção de determinados padrões de vida e status por indivíduos pertencentes às elites, poderia ser utilizada como um mecanismo - ainda que as vezes de forma um tanto quimérica - de ascensão social e busca de um nicho por parte da arraia miúda. Lembremos de Sebastiana, filha do casal de pardos Inácio e Rosa. O legado que a vida lhe dera não era nada auspicioso. Embora livre, nascera mulher, pobre e com ascendência africana. A perspectiva de vida dessa menina não era das mais animadoras, e talvez o único bem que seus pais pudessem lhe legar fosse um nome, que não era o deles ou dos ancestrais, mas de um homem importante naquele Rio Grande do século XVIII. Era o nome de um fidalgo, herói e governador. Rosa e Inácio devem ter projetado na filha seu desejo de uma vida melhor. Mesmo na pobreza, Sebastiana poderia arrogar-se de possuir um nome imponente e de ser a extensão, metafórica, de um padrinho importante. Esse exemplo ilustra que Veiga Cabral da Câmara também se fez presente entre as camadas subalternas da sociedade colonial, verticalizando sua rede de relacionamentos.

Assim como os compadres do governador procuraram conquistar ou manter um lugar ao sol através do nome de seus filhos, esse administrador também imortalizou a si e a sua família através desses rebentos. Sebastião faleceu em 1801, aos 59 anos de idade, durante as batalhas de retomada dos Sete Povos das Missões; naquele momento já havia sido nomeado capitão-general de Pernambuco.⁸⁶ Seu nome continuou sendo lembrado e utilizado pelos anos que se seguiram. Embora não mais no plano dos homens, Sebastião continuou vivendo através de seus afilhados.

⁸⁵ Idem, p. 108.

⁸⁶ BENTO, Cláudio Moreira. *A guerra de restauração*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 1996, p. 262.

CONCLUSÕES

Eis que chegamos aos limites de nossa investigação. É hora de lembrar algumas considerações tecidas ao longo dessas páginas e enfatizar outras.

Observamos que o compadrio foi uma importante estratégia de inserção social utilizada por Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara. Fidalgo de distinta família portuguesa, precisou se adaptar ao modo de vida da gente do Rio Grande de São Pedro; assim como em outras regiões do Império Ultramarino lusitano, na capitania meridional vigoravam os valores de *conquista*. Embora sua recepção no Rio Grande tenha sido amistosa e prestigiada, Sebastião precisou constantemente reiterar seus valores e capacidades. Seguramente a fidalguia lhe serviu como um catalisador para formar alianças, o que, no entanto, lhe colocou na obrigação de agir à altura de sua distinção.

Sebastião mostrou-se hábil ao usar o campo de batalha como local de formação de amizades e projeção de seus valores, comprovando desde cedo sua nobreza. Através do apadrinhamento de crianças foi possível perceber que os interesses de aproximação social de Sebastião estiveram vinculados às fases de seu governo. No primeiro período estabeleceu vínculos com militares e pessoas de projeção local, batizando somente crianças brancas e legítimas. Trata-se do estabelecimento de laços entre seus pares, denotando a horizontalidade entre as partes.

A segunda fase de sua administração, após retornar da demarcação do Tratado de Santo Ildefonso, é o período em que este governante mais vezes conduziu recém-nascidos à pia batismal, ampliando seu leque de relacionamentos. Ligou-se a homens vinculados à governança local a fim de espriar-se por esse lócus de poder, ao qual ainda não tinha se feito presente, mas que se tornava uma necessidade após o conflito envolvendo o provedor de Ausentes. Também tornou-se compadre de pessoas pertencentes à arraia miúda, isto é, de pouca visibilidade e prestígio, visando formar uma clientela, ainda que através de uma relação potencial. Esse tipo de alianças verticalizadas, representavam a magnificência do governador e estavam de acordo com o *ethos* da nobreza.

Ao longo das décadas, Sebastião criou vínculos com pessoas pertencentes a diferentes lócus daquela sociedade, o que lhe garantia a circulação e integração aos diferentes nichos existentes. Tal idéia se mostra verdadeira se atentarmos para o fato de

que Sebastião batizou diversas crianças que receberam seu nome, demonstrando prestígio e admiração.

Com o decorrer dessa pesquisa foi possível refletir acerca do caráter das redes de compadrio. O compadrio pensado enquanto um elemento formador de redes sociais estabelece tanto elos efetivos quanto potenciais entre os elementos. Os laços estabelecidos entre os compadres através do batismo não instauram, obrigatoriamente, a solidariedade entre as partes, este tipo de ligação depende da proximidade entre os sujeitos. Se a ligação entre os compadres é eterna no plano espiritual, no plano material ela pode perecer.

Nosso trabalho possui um caráter bastante experimental, apresentando algumas hipóteses e deduções que necessitam de uma constatação empírica mais aprofundada. O que as fontes dizem é a existência do vínculo, a real natureza não há como precisar agora. Para tal seria necessário - além de um refinamento metodológico e maior diálogo com a Antropologia - observar a trajetória de cada casal de compadres, averiguando suas estratégias familiares e a importância que o compadrio com Veiga Cabral da Câmara tem dentro desses planejamentos, consultando registros matrimoniais, testamentos, e inventários *post-mortem*. Trata-se de um tema promissor, sobre o qual muito ainda há para revelar. Dessa maneira, ficam plantadas aqui as sementes que esperamos frutificar futuramente.

FONTES

FONTES PRIMÁRIAS

1º e 2º livro de batismos de Porto Alegre. *Projeto resgate de fontes paroquiais* NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). *Porto Alegre- Viamão (século XVIII)*.

AHCMPTA- Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. *Livro de entrada de irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Porto Alegre, 1774- 1798*, fl 1- 3v, 10v.

AHPA- Arquivo Histórico de Porto Alegre- Moysés Vellinho. *Termo de vereança de 12 de janeiro de 1793- Atas da Câmara Municipal, livro 3 (1788-1794)*.

AHU- Arquivo Histórico Ultramarino- Projeto Resgate- RS. *Caixa 2, documento 206; Caixa 4, documento 326*.

MAGALHÃES, Manuel Antônio. *Almanack da Vila de Porto Alegre*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973-1976, p. 254-276.

BARROS, José D'Assunção. *Origens da História comparada. As experiências com o comparativismo histórico entre o século XVIII e a primeira metade do século XX*. In: *Anos 90: Revista do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, vol. 14, nº 25, julho de 2007, p.141- 173.

BARTH, Fredrik. *A análise da cultura nas sociedades complexas*. In: *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p.107- 139.

BENTO, Cláudio Moreira. *A guerra de restauração*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 1996.

_____. *Canguçu, reencontro com a história. Um exemplo de reconstrução da memória comunitária*. Porto Alegre: Instituto estadual do livro, 1983.

- BERTRAND, Michel. De la família a la red de sociabilidad. In: *Revista Mexicana de Sociología*. Vol. 61, n.º. 2, Abr. - Jun., 1999. p. 107-135.
- BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001, p. 189- 221.
- _____; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português- séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul. Período colonial*. Porto Alegre: Martins livreiro, 2002.
- COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001, p.30- 71.
- _____. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600- 1750). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, p. 35- 120.
- FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. In: *Penélope*, Oeiras, v. 23, 2000.
- _____. (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global editora, 2006.

- GIL, Tiago Luís. *Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2002.
- GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- GUDEMAN, Stephen. Spiritual relationship and selecting godparent. In: *Man, new series*. Vol. 10 (2), Jun. 1975. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1975, p 221- 237.
- GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor á nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir de registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)*. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2006.
- HAMEISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago Luís. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, p. 265- 310.
- HESPANHA, Antonio Manuel. Depois do Leviathan. In: *Almanack braziliense*. S/1, n° 5, maio de 2007.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2004.
- KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira : família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII*. (Tese de doutorado). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2006.
- _____. *Os homens do governador: relações de parentesco e redes sociais no Continente do Rio Grande (1769-1780)*. In: *Familia y Organización Social en Europa y América, siglos XV-XX*. (Paper apresentado em congresso), 2007.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

- LEVI, Giovanni. Family and kin- a few thoughts. In: *Journal of family history*. Vol. 15, n° 4, 1990. p. 568- 578.
- _____. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992 [1° edição].
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- MIRANDA, Márcia Eckert. *Continente de São Pedro: administração pública no período colonial*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 2000.
- NADALIN, Sérgio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Demográficas, 2004.
- OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- PRADO JR. Caio Prado. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- REVEL, Jacques. A história ao “rés-do-chão” In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001, p.7- 37.
- SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e meirinhos. A administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1985.
- SANTOS, Corcino Medeiros. A importância de capitania do Rio Grande para o Brasil. *História geral do Rio Grande do Sul. Volume 1- Colônia*. Porto Alegre: Méritos editora, 2007, p. 65-83.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- VARELLA, Alfredo. *A história da grande revolução: o cyclo farroupilha no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1933. Volume 1.
- VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O compadre governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. In: *Revista brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 26, n° 52, jul.-dez., 2006. p.273-294.
- XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (dir). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: editorial Estampa, s/d. p. 381-393.